

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 142/2023
Data: 23/08/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
PARA AMPLIAR RODOVIAS, FERROVIAS E HIDROVIAS, SP DEVE INICIAR EM NOVEMBRO ESTUDO DE PLANO LOGÍSTICO	4
CONGESTIONAMENTO EM SANTOS 'TRAVA' ACESSO AO PORTO E REVOLTA CAMINHONEIROS: 'PALHAÇADA'; VÍDEO	5
AUMENTO DO DIESEL IMPACTA CADEIA LOGÍSTICA QUE ENVOLVE O PORTO DE SANTOS E ELEVA CUSTOS.....	6
COM TESTES DE SAÚDE, GUARUJÁ VAI MEDIR POLUIÇÃO DO AR NA MARGEM ESQUERDA DO PORTO DE SANTOS	7
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	9
3R PETROLEUM PLANEJA INVESTIR R\$ 700 MILHÕES EM PROJETOS DE PETRÓLEO E GÁS NOS CAMPOS DE MACAU E	9
CÂMARA APROVA ARCABOUÇO FISCAL SEM FUNDEB E FUNDO DO DF.....	11
ESTADO PRETENDE REALIZAR LEILÃO DE CONCESSÃO DA COMPESA EM 2024	12
TRANSNORDESTINA E HUB DE HIDROGÊNIO VERDE NA RETOMADA DO PACTO PELO PECÉM.....	13
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	15
INSTITUCIONAL - ANTAQ INICIA SEMANA DE REUNIÕES COM USACE PARA QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES EM GESTÃO E CONCESSÃO DE HIDROVIAS.....	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT	16
EDITORIAL – ÍMPULSO À COMPETITIVIDADE BRASILEIRA	16
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	17
<i>Voa Brasil 1</i>	17
<i>Voa Brasil 2</i>	17
<i>Turismo</i>	17
<i>Rodovias 1</i>	17
<i>Rodovias 2</i>	17
NACIONAL - DEPUTADO LIGADO AO SETOR PORTUÁRIO LAMENTA POSSÍVEL SAÍDA DO MINISTRO DE PORTOS	18
NACIONAL - CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA TEXTO DO ARCABOUÇO FISCAL	18
NACIONAL - CURSO DE SUSTENTABILIDADE PARA EXECUTIVOS TEM INSCRIÇÕES ABERTAS	19
REGIÃO CENTRO-OESTE - SUZANO REALIZA DUAS OBRAS EM MS PARA ESCOAR CELULOSE PARA O PORTO DE SANTOS. 21	
REGIÃO SUDESTE - VPORTS INICIA REFORMA E RECUPERAÇÃO DOS ARMAZÉNS NO CENTRO DE VITÓRIA.....	22
REGIÃO SUDESTE - RODOANEL MÁRIO COVAS PASSA A ACEITAR PAGAMENTO DE PEDÁGIO POR APROXIMAÇÃO	23
REGIÃO SUDESTE - INCÊNDIO ATINGE EMPILHADERA EM TERMINAL DE CONTÊINERES DO PORTO DE SANTOS	24
REGIÃO SUL - EXPORTAÇÕES NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL AUMENTAM 60% EM 2023	24
NACIONAL – SUDESTE EXPORT DIA 28 E 29/08.....	25
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	26
BRASIL É MAIOR FORNECEDOR MUNDIAL DE FARELO DE SOJA, INFORMA CONAB.....	26
EXPORTAÇÕES CRESCEM 5,9% ATÉ TERCEIRA SEMANA DE AGOSTO.....	27
PORTOS DO RS BATEM RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO EM 2023	28
FRENLOGI PROMOVE SEMINÁRIO SOBRE AVANÇOS DA ARMAZENAGEM NO SETOR DE LOGÍSTICA EM ÂMBITO NACIONAL	29
EVERGREEN INAUGURA O PRIMEIRO TERMINAL AUTOMATIZADO DE CONTÊINERES NO PORTO DE KAOHSIUNG EM TAIWAN ...	31
CHINA ULTRAPASSA A GRÉCIA E SE TORNA A MAIOR PROPRIETÁRIA DE FROTA MARÍTIMA DO MUNDO	33
KLABIN ACOMPANHA SUZANO E ELEVA PREÇOS DE CELULOSE A PARTIR DE SETEMBRO	33
DIESEL ESTÁ 10% MAIS CARO EM TODO BRASIL	33
PORTO DE CABEDELO: 88 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO ESTRATÉGICA E UM RECORDE HISTÓRICO EM 2023 COM REPERCUSSÃO NACIONAL	34
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	35
PETROBRAS ABERTA PARA VENDA DE ATIVOS	35
URCA TRADING INVESTIRÁ R\$ 5 MILHÕES PARA ENTRAR NO MERCADO VAREJISTA DE ENERGIA	37
MAIOR PARQUE EÓLICO FLUTUANTE DO MUNDO ATINGE CAPACIDADE MÁXIMA NO MAR DO NORTE	38
ELETOBRAS ESTUDA INCORPORAR FURNAS.....	39
JORNAL O GLOBO – RJ.....	40
ARCABOUÇO FISCAL: E EU COM ISSO?.....	40
NA ARGENTINA EM CRISE, PROFISSIONAIS COBIÇADOS SÓ ACEITAM SALÁRIOS EM DÓLARES	41
MINISTÉRIO PÚBLICO TERÁ ACESSO DIRETO A DADOS DE PIX DE PESSOAS SOB INVESTIGAÇÃO	43
ELETOBRAS ESTUDA FAZER A INTEGRAÇÃO DE SUAS OPERAÇÕES COM AS DE FURNAS	44
COMISSÃO DO SENADO VOTA NESTA QUARTA O PL DO CARF, QUE PODE RENDER ATÉ R\$ 50 BI PARA O GOVERNO FEDERAL .	44
CCR E TIM FAZEM PARCERIA PARA LEVAR 4G A TRECHOS DA VIA DUTRA E DA RIO-SANTOS.....	45
ARCABOUÇO FISCAL: SAIBA O QUE FICOU DE FORA DO NOVO LIMITE DE GASTOS	46



ARCABOUÇO FISCAL: MESMO COM MINISTÉRIO, UNIÃO BRASIL DÁ SETE VOTOS A MENOS AO GOVERNO. VEJA COMO VOTOU CADA PARTIDO	47
CÂMARA APROVA REAJUSTE DE 9% PARA SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	48
ENTIDADES PATRONAIS REJEITAM NOVA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, ACORDO É NECESSÁRIO PARA PROJETO IR AO CONGRESSO	48
TREM BALA RIO-SP 'É CARO' E ESTÁ FORA DO RADAR DO GOVERNO, DIZ RENAN FILHO	49
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	51
POLÍCIA FEDERAL ABRE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR SE APAGÃO NO PAÍS FOI ATO DE 'SABOTAGEM'	51
ARCABOUÇO FISCAL: EXCEÇÕES MANTIDAS NA CÂMARA DIMINUEM QUALIDADE DA NOVA REGRA, DIZ CITI.....	51
NOVO MARCO FISCAL É FUNDAMENTAL PARA CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL, DIZ PRESIDENTE DA FEBRABAN	52
NOVA REGRA TEM PROBLEMAS, MAS DEMONSTRA PREOCUPAÇÃO COM A RESPONSABILIDADE FISCAL	53
POR QUE AS EMPRESAS DE TECNOLOGIA ESTÃO ABANDONANDO O HOME OFFICE?	54
VALOR ECONÔMICO (SP).....	55
PARCERIA CONTRIBUI PARA TIRAR CAMINHÃO VELHO DAS ESTRADAS	55
PROGRAMA 'VOA BRASIL' DEVE SER LANÇADO AINDA NESTE MÊS, DIZ MINISTRO	56
PROGRAMA DE INCENTIVOS FISCAIS PARA TROCA DE VEÍCULOS PESADOS DEVERIA SER PERENE, DIZ PRESIDENTE DA VW	57
DIVISÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL CONTINUA NA MIRA DO GOVERNO PARA REFORMA MINISTERIAL	59
STF VALIDA RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO BILIONÁRIA SEM LICITAÇÃO	60
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	62
MPOR VÊ MOMENTO FAVORÁVEL PARA MODULAR EFEITOS DO BR DO MAR	62
PARCERIAS NA AL PODEM ABRIR CAMINHO PARA AMPLIAR NEGÓCIOS DA TRANSPETRO E INTERNACIONALIZAÇÃO	63
NAVALSHORE 2023 DEBATE NOVAS OPORTUNIDADES PARA INDÚSTRIA	64
POLÍTICA SETORIAL ESTÁ DEMARCADA NO PAC, AFIRMA MINISTRO.....	64
VLI E ALE REALIZAM PRIMEIRO FLUXO DE RETORNO DE BIOCOMBUSTÍVEIS EM CONJUNTO NA FERROVIA NORTE-SUL.....	65
TRANSPETRO MIRA CONSTRUÇÃO DE 25 NAVIOS EM 8 ANOS, DIZ BACCI	66
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	67
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	67



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PARA AMPLIAR RODOVIAS, FERROVIAS E HIDROVIAS, SP DEVE INICIAR EM NOVEMBRO ESTUDO DE PLANO LOGÍSTICO

Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística analisa propostas de empresas interessadas

Por: *Bárbara Farias*



Fila de caminhões na Via Anchieta próximo à Entrada de Santos com destino ao Porto Foto: Vanessa Rodrigues/AT

O estudo que levará à elaboração do Plano de Logística e Investimentos do Governo do Estado deverá começar em novembro. Essa é a previsão da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), que analisa as propostas enviadas por empresas interessadas em prestar o serviço. O plano de logística, com conclusão prevista para 2025, norteará o Estado no desenvolvimento de projetos que visam

expandir os modais rodoviário, ferroviário e hidroviário.

A medida vai ao encontro da intenção do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que na última semana declarou que "quer resolver o problema da chegada de grãos ao Porto de Santos". Ele também citou o desejo de resgatar o "patrimônio ferroviário de São Paulo", melhorando a estrutura para trens de carga e viabilizando linhas de transporte de passageiros em território paulista.

Em nota, a Semil informou que trabalha na estruturação do plano e, neste momento, as empresas que atenderam ao chamamento público para a contratação do estudo têm suas documentações analisadas para habilitação. A manifestação de interesse foi publicada pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) em 12 de julho.

"Para aquelas que forem aprovadas, serão solicitadas as propostas técnicas e comerciais. A previsão é de que a empresa contratada para fazer o estudo que levará à elaboração do plano comece a trabalhar ainda em novembro".

Complexidade

Contudo, abrir estradas ou expandir ferrovias ligando o Planalto à Baixada Santista implica em projetos complexos, uma vez que isso envolve a Serra do Mar. É o que avalia o consultor portuário e consultor da Agência Porto Consultoria, Ivam Jardim, que é tecnólogo em Logística e Transportes. "Temos de separar obras com o objetivo de vencer a Serra do Mar e chegar ao Planalto com obras de acesso ao Município e ao Porto de Santos. Precisaremos de intervenções em ambas no médio prazo".

Na região, Jardim observa que, atualmente, pessoas e cargas só possuem um acesso à Zona Leste de Santos, onde está localizada a Margem Direita do Porto: a Via Anchieta.

"A Rodovia dos Imigrantes não é um acesso à Zona Leste nem aos moradores que se utilizam de veículos leves. Ao chegarem no Litoral, todo esse fluxo é unificado e tem apenas a Anchieta como opção. Ao se pensar em acesso urbano à Zona Leste, a opção seria a implantação do túnel do maciço, conectando à Zona Noroeste, essa com acesso à Imigrantes por meio de São Vicente".

Acessos

Quanto ao acesso ao Porto santista, o principal brasileiro, o especialista analisa que “especificamente na Margem Direita, são necessárias as conclusões das melhorias e de investimentos em viadutos para acesso direto e ampliado à Avenida Perimetral”.

Jardim reforça que a construção de uma terceira rodovia de acesso ao Porto, alternativa à Via Anchieta, se faz necessário. “O Projeto Linha Verde se conectaria à Área Continental de Santos, que é a localização de expansão de nosso complexo portuário, sendo ideal para não trazer o fluxo portuário para dentro dos municípios”.

Nos trilhos

Já em relação ao plano de recuperação da malha ferroviária ociosa no Estado para a qual o governo planeja lançar concessões à iniciativa privada de shortlines, ou seja, de trechos curtos de linhas férreas, Jardim avalia que alguns trechos específicos, para demanda de celulose, por exemplo, estão em análise e poderão ser viabilizados no curto prazo. Outras ainda vão precisar ser bem avaliadas.

“Ocorre que empresas de grande porte e que demandam a ferrovia já se instalaram em localização onde são atendidas. As não atendidas, para sobreviver, já se acomodaram em outras opções de transporte. Agora, é preciso calcular se o alto volume de investimento que o modelo ferroviário demanda se paga em comparação à logística já existente da empresa. Nas estradas de ferro em que há demanda de carga, não existe ociosidade. Isso só ocorre em antigas estradas de ferro que não possuem mais viabilidade econômica”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 23/08/2023

CONGESTIONAMENTO EM SANTOS 'TRAVA' ACESSO AO PORTO E REVOLTA CAMINHONEIROS: 'PALHAÇADA'; VÍDEO

Segundo a Autoridade Portuária de Santos, situação é por causa de obras

Por: Victor Barreto



Motoristas se queixaram de demora de cerca de 4h para percorrerem trechos da Avenida Perimetral, em Santos Foto: Vanessa Rodrigues/AT

Os congestionamentos voltaram a atrapalhar nesta terça-feira (22) a vida de caminhoneiros no Porto de Santos. Em meio a obras que ocorrem dentro e fora da região portuária, houve relatos de profissionais apontando até quatro horas de trânsito para superar um trajeto que, em dias normais, poderia ser feito em cerca de 15 minutos no trecho entre as avenidas

Engenheiro Sérgio da Costa Matte (Perimetral) e Augusto Barata (Retão da Alemoa).Veja o vídeo mais abaixo.

“Tive um atraso de duas horas no meu carregamento e a transportadora está me questionando por isso, mas não tive culpa, estou preso no trânsito”, disse, ontem à tarde, o caminhoneiro Anderson Hamilton. Segundo ele, foram necessárias cerca de quatro horas para partir da Avenida Perimetral, próximo ao Canal 4, e chegar à Augusto Barata.

O motorista Erikson Abreu, que disse ter ficado parado no trânsito por 40 minutos com o caminhão desligado, afirmou que os caminhoneiros sofrem com outros prejuízos além dos atrasos. “Só o que eu gasto aqui ao dar partida, diesel e tempo é muita coisa. Isso sem contar quando perdemos os agendamentos e temos que remarcar”, protesta.

De acordo com o caminhoneiro Rafael Monteiro, os congestionamentos são frequentes. “Todo dia temos esses transtornos, de ficarmos por horas e horas puxando fila”. Além dos congestionamentos, o alto fluxo de veículos tem provocado pequenos acidentes, segundo os caminhoneiros. “Todo dia tem uma batida ou ralada no caminhão. Chegaram a quebrar meu retrovisor”, relatou Hamilton.

A demora na conclusão da obra na Augusto Barata, que terá nova pavimentação e ampliação do sistema de drenagem pluvial, é outro ponto de reclamação dos motoristas. “Na Zona Noroeste fizeram até um viaduto e por aqui não acabam uma obra de pavimentação”, reclama o caminhoneiro Carlos Augusto Queiroz.

Providências

Em nota, a Autoridade Portuária de Santos (APS) afirmou que o alto fluxo de veículos na região apontada pelos caminhoneiros é reflexo de obras que ocorrem ao mesmo tempo entre a Via Anchieta e o Centro de Santos, incluindo o serviço na Augusto Barata.

“Além da obra de ampliação da saída do Porto, na Avenida Augusto Barata, há obras do Governo Estadual na Via Anchieta, com desvio do tráfego e afunilamento na rodovia, outros trabalhos do Estado (VLT) e da Prefeitura (reforma do viaduto Elevado Aristides Bastos Machado) no Centro”, comunicou a estatal.

Para minimizar os transtornos, a APS informou que equipes da Guarda Portuária estão atuando de modo a orientar o trânsito na região. Com relação à obra na Augusto Barata, a Autoridade Portuária comunicou que a primeira fase dos trabalhos está prestes a acabar e, quando isso ocorrer, irá divulgar a reabertura do tráfego no trecho.

Já a Ecovias informou à TV Tribuna que nesta terça não houve obras em suas rodovias e os trabalhos dos últimos dias foram de manutenção.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/08/2023

AUMENTO DO DIESEL IMPACTA CADEIA LOGÍSTICA QUE ENVOLVE O PORTO DE SANTOS E ELEVA CUSTOS

Preço do litro ficou 25,8% mais caro nas refinarias depois de anúncio da Petrobras e causa reflexos

Por: Ted Sartori



O diesel representa, em média, entre 35% e 50% dos custos da operação de transporte Foto: Vanessa Rodrigues/AT

O aumento de 25,8% no preço do diesel nas refinarias, anunciado pela Petrobras e em vigor desde a semana passada, impacta decisivamente na cadeia logística que envolve o Porto de Santos: caminhoneiros, transportadoras e consumidor. A elevação, vinda depois de um ano e dois meses, representa o equivalente a R\$ 0,78 por litro, passando a um valor médio de R\$ 3,80.

“Isso vai afetar diretamente todo o setor produtivo e, por consequência, toda a população. Vai pressionar o preço dos fretes das mercadorias e, conseqüentemente, provocará uma pressão inflacionária, afetando diretamente o bolso de toda a população brasileira”, afirma o economista Denis Castro.

O presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan), André Luís Neiva, lembra que o diesel representa, em média, entre 35% e 50% dos custos da operação de transporte.

“De acordo com o Departamento de Custos Operacionais e Pesquisas Técnicas e Econômicas da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, com esse aumento de 25,8%, é indicado o reajuste de 8% nos valores do frete. Este percentual deve variar, devido à especificidade de cada empresa”, estima.

Professora mestre e coordenadora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Santos (UniSantos), a também economista Célia Rodrigues Ribeiro observa um outro ponto importante desta sequência. “Além de afetar o transporte de cargas, esse reajuste também impactará negativamente o transporte de passageiros, elevando os custos para as empresas do setor”.

O presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos (Sindicam), Luciano Santos de Carvalho, que representa os caminhoneiros, foi procurado para falar sobre este aumento e as consequências, mas não respondeu até o fechamento desta edição.

Para cima

A estatal afirmou que “estando a Petrobras no limite da sua otimização operacional” foi “necessário realizar ajustes de preços para ambos os combustíveis (a gasolina também subiu nas refinarias: 16,2%, o equivalente a R\$ 0,41 por litro e um valor médio de R\$ 2,93), dentro dos parâmetros da estratégia comercial, visando reequilíbrio com o mercado e com os valores marginais para a Petrobras”.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Sindicombustíveis Resan), José Camargo Hernandez, explica que os aumentos já chegaram aos postos e bem acima do estimado.

“Segundo as companhias distribuidoras, o impacto dos preços dos produtos importados está puxando os valores dos produtos para cima. Ocorre que, desde o início do mês, algumas distribuidoras têm promovido aumentos nos preços do diesel por conta, segundo elas, da defasagem nos preços internos x importação, inclusive com redução nas entregas desse produto aos postos revendedores”.

O dirigente prefere adotar a cautela quando o assunto envolve novos aumentos em curto prazo. “Não posso afirmar que sim nem que não, até porque os preços são livres e cada elo da cadeia, desde a produção (refino e importação) passando pela distribuição e revenda, tem a liberdade, de acordo com seus custos operacionais, de comercializar seus produtos a preços que entendam sejam compatíveis com o mercado”.

Hernandes também observa que incidem sobre os preços dos derivados outros custos de produção, notadamente os biocombustíveis, biodiesel e etano anidro que entram, obrigatoriamente, na composição do produto final. “Esses produtos são oriundos do setor agrícola e também têm variáveis importantes para a definição de seus preços”.

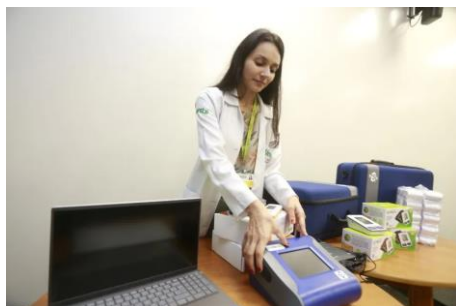
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/08/2023

COM TESTES DE SAÚDE, GUARUJÁ VAI MEDIR POLUIÇÃO DO AR NA MARGEM ESQUERDA DO PORTO DE SANTOS

Prefeitura e Unoeste avaliarão sistemas respiratório e cardiovascular de crianças e idosos a partir de setembro

Por: Bárbara Farias



Entre os aparelhos adquiridos estão monitores de partículas, espirômetros, balanças corporais e aparelhos de pressão digital
Foto: Helder Lima/Prefeitura de Guarujá

Avaliar a poluição do ar na Margem Esquerda do Porto de Santos, localizada em Guarujá. Esse é o objetivo de uma parceria da Prefeitura de Guarujá com a Universidade do Oeste Paulista (Unoeste). O levantamento começará em setembro, com a investigação da presença de material particulado no sistema respiratório e cardiovascular de crianças e idosos que residem em Vicente de Carvalho e no Perequê.



Consultados por A Tribuna, especialistas em meio ambiente disseram que o acompanhamento é relevante para mitigar problemas ambientais e de saúde na população. O estudo terá duração de 15 meses e custará R\$ 423 mil aos cofres do Município.

A análise consiste na observação dos sistemas respiratório e cardiovascular de crianças na faixa de 8 a 11 anos e idosos a partir de 60 anos que moram nos bairros Jardim Conceiçãozinha e Jardim Boa Esperança, em Vicente de Carvalho, e no Perequê, por ser o ponto mais distante do complexo portuário.

O trabalho de campo ocorrerá a partir do monitoramento de materiais particulados em tempo real e da coleta de dados de 1.300 pessoas. Na prática, o público-alvo passará por avaliação da função pulmonar, pressão arterial e sistema respiratório, além de entrevista a ser feita por um profissional de saúde. Informações importantes sobre o histórico de saúde, como queixas e características familiares, estarão no documento.

Para a aquisição dos equipamentos, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre Prefeitura de Guarujá, Ministério Público Federal e Ministério Público de São Paulo. Entre os aparelhos adquiridos estão monitores de partículas, espirômetros, balanças corporais e aparelhos de pressão digital.

Etapas

Perguntado sobre as medidas que a Prefeitura pretende adotar a partir dos resultados da pesquisa, seja junto às empresas do setor portuário ou na elaboração de uma estratégia de saúde, o secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semam), Cleiton Jordão, explicou que, inicialmente, serão apresentados dois relatórios parciais.

“O primeiro relatório será apresentado na metade do estudo e o segundo ao final dos trabalhos. A partir desses relatórios, será feita uma análise dos resultados obtidos para depois definir as medidas que poderão ser tomadas”.

Para o superintendente de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho da Autoridade Portuária de Santos (APS), Sidnei Aranha, o embasamento científico é o caminho para a criação de novas políticas públicas. “Os impactos ambientais das nossas atividades precisam ser enfrentados e estamos trabalhando com afinco para investir em soluções sustentáveis. Seguimos confiantes de que, com essa nova pesquisa, todos serão beneficiados, principalmente a população”.

Bromélias

De acordo com a Prefeitura, a nova pesquisa fortalecerá a primeira denominada Atlas da Poluição, realizada entre 2019 e 2020 por meio do uso de bromélias. Os próximos resultados devem ser divulgados até novembro de 2024, quando também poderão ser discutidas mais políticas públicas para fortalecer o meio ambiente e a saúde pública.

Especialistas

O professor de Arquitetura e Engenharia da Esamc, Alessandro Lopes, que também é mestre em Direito Ambiental, sugeriu que monitoramentos do tipo sejam feitos periodicamente, pois contribuem não somente para Guarujá, mas para toda a Baixada Santista. Ele apontou que, entre as principais doenças causadas pela poluição do ar, estão asma, doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), bronquite e câncer de pulmão.

"Monitorar a qualidade do ar irá trazer vários benefícios, além de atingir vários objetivos. Ajuda a conhecermos a qualidade do ar, avaliarmos efeitos prováveis da poluição no ser humano e entendermos que tipo de chuva a região estará recebendo. Os dados ajudam a desenvolver ações de emergência em períodos mais graves, bem como ter uma interação melhor sobre problemas e doenças que podem ser gerados em crianças e idosos. É uma ação assertiva”.

Já o professor do programa de pós-graduação de Direito Ambiental Internacional da Universidade Católica de Santos (UniSantos), Flávio de Miranda Ribeiro, pontuou três fatores de poluição na atividade portuária: queima de combustível de caminhões, operações de carga e descarga de navios e acionamento dos motores das embarcações.

"No caso dos caminhões, os mais antigos têm um índice de poluição muito alto. Já na carga e descarga dos navios, cito grãos, fertilizantes e açúcar. No transporte, há perdas desses produtos para a atmosfera e o piso do porto, o que também acaba causando problema ambiental. Os terminais vêm adotando medidas para reduzir essas perdas. E o motor ligado em todo o período de atracação do navio no porto queima combustível de forma ininterrupta. É que, enquanto o navio está aportado, fornece energia para suas atividades, para a tripulação e até para a operação de carga e descarga".

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/08/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

3R PETROLEUM PLANEJA INVESTIR R\$ 700 MILHÕES EM PROJETOS DE PETRÓLEO E GÁS NOS CAMPOS DE MACAU E Salinas Cristal, na Bacia Potiguar

Informações: [Click Petróleo e Gás](#)



Através da emissão das debêntures incentivadas, a 3R Petroleum não somente assegura financiamento para seus projetos na Bacia Potiguar, mas fortalece seu papel na indústria de petróleo e gás com investimentos nos campos de Macau e Salinas Cristal.

A 3R Petroleum está em processo de preparação para emitir debêntures incentivadas como parte de sua estratégia de financiamento voltada ao desenvolvimento dos campos de Macau

e Salinas Cristal, situados na promissora Bacia Potiguar. Com o intuito de alavancar esses projetos, a empresa já deu entrada no Ministério de Minas e Energia (MME) para que sejam designados como investimentos prioritários, o que conferiria a vantagem de emitir debêntures com isenção de impostos.

Petroleira busca financiamento e isenções fiscais para desenvolver empreendimentos estratégicos na região

As debêntures incentivadas, instrumentos de dívida emitidos por empresas, representam uma opção viável para angariar fundos destinados a empreendimentos de infraestrutura.

Além disso, esses títulos oferecem benefícios fiscais, incluindo isenções ou reduções de impostos de renda sobre os ganhos obtidos.

A história de sucesso da 3R Petroleum em emissões de debêntures já é notável, com cinco emissões bem-sucedidas, sendo a mais recente ocorrida em junho, totalizando impressionantes R\$ 2,4 bilhões em captação.

Estratégia financeira visa impulsionar o desenvolvimento dos campos de petróleo e fortalecer a posição da empresa no setor energético nacional

Os campos de Macau e Salinas Cristal foram adquiridos pela 3R Petroleum em 2019, quando a empresa adquiriu um pacote de sete campos terrestres da Petrobras por um montante de US\$ 191,1 milhões.



Essa aquisição também incluiu campos como Aratum, Serra, Lagoa Aroeira, Porto Carão e Sanhaçu.

Naquela época, esses campos maduros estavam produzindo cerca de 5,8 mil barris de óleo equivalente por dia (boe/dia).

No entanto, dados recentes da produção da 3R indicam que o Polo Macau, somente em julho de 2023, atingiu uma média de 6,5 mil boe/dia.

Uma característica singular desses ativos é sua localização, situados no limite entre mar e terra, com uma porção de seus reservatórios localizada em águas rasas.

Além disso, sua infraestrutura está integrada ao Polo Potiguar, também adquirido da Petrobras no estado do Rio Grande do Norte.

Essa aquisição foi concluída neste ano, tornando a 3R Petroleum a proprietária do Polo Guamaré e da refinaria Clara Camarão.

O que resultou em uma participação majoritária de empresas privadas na exploração de campos de óleo e gás natural no estado.

O investimento planejado para o Polo Macau está estimado em R\$ 700 milhões.

Esse montante será direcionado para a revitalização e perfuração de novos poços, bem como para o aprimoramento da recuperação do óleo através da injeção de água e modernização da infraestrutura de processamento.

Entre os anos de 2021 e 2022, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou revisões nos planos de investimento, estendendo os contratos de exploração até o ano de 2052.

Investimentos da 3R Petroleum nos campos de Macau e Salinas Cristal, na Bacia Potiguar

Detalhando os projetos em questão, no campo de Macau, o plano envolve a revitalização e o redesenvolvimento, abrangendo a perfuração de 7 poços novos, 2 poços horizontais e 4 side-tracks horizontais.

Além de uma série de outras intervenções visando à otimização da recuperação do óleo e ao incremento da capacidade de processamento de fluidos das instalações de superfície.

O investimento estimado para este projeto será de R\$ 521,7 milhões.

Já no campo de Salinas Cristal, o projeto compreende a revitalização e redesenvolvimento com diversas estratégias.

Como a implementação de novos métodos de produção de petróleo bruto, a construção de uma planta de separação óleo-água e injeção de água.

A adoção de projetos de injeção de água para recuperação secundária, substituição de sistemas de elevação por equipamentos mais eficientes, perfuração de novos poços para otimização da drenagem dos reservatórios e a realização de workovers com foco em novas áreas dos reservatórios.

O montante planejado para esse projeto será de R\$ 179,5 milhões.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 23/08/2023

CÂMARA APROVA ARCABOUÇO FISCAL SEM FUNDEB E FUNDO DO DF

Com a conclusão da votação na Câmara, o texto vai para sanção presidencial.



Sessão da Câmara para votar o Arcabouço Fiscal. Foto Lula Marques/ Agência Brasil

O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) ficarão fora do novo arcabouço fiscal. Por 379 votos a 64, os deputados aprovaram nesta terça-feira (22) à noite a emenda do Senado que retirou os dois fundos das novas regras fiscais. Com a conclusão da votação, o texto vai para sanção presidencial. Assim que for sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o novo marco fiscal extinguirá o teto federal de gastos que vigorava desde 2016. O fim do teto estava previsto pela Emenda Constitucional da Transição, aprovada no fim do ano passado, mas dependia da aprovação do arcabouço fiscal para entrar em vigor.

Retirada dos fundos

A exclusão dos dois fundos foi fruto de acordo costurado entre o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), líderes da base governista, técnicos do Ministério da Fazenda e o relator do projeto de lei complementar na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA). O parlamentar havia dito ser contrário às mudanças inseridas pelos senadores no novo marco fiscal, mas reconheceu que a maioria dos partidos votaria pela retirada dessas despesas do novo marco fiscal.

Inflação

O único ponto em que não houve acordo entre o governo e os deputados foi na mudança do período de cálculo da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para corrigir o limite de gastos. As despesas serão corrigidas pelo IPCA acumulado entre julho de dois anos antes e junho do ano anterior. O Senado havia aprovado a mudança do período de apuração para a inflação de janeiro a dezembro do ano anterior, com os seis primeiros meses do ano pelo IPCA efetivamente apurado e os seis meses restantes com a projeção do índice.

A princípio, a rejeição da mudança do Senado retira R\$ 32 bilhões do Orçamento de 2024 porque está prevista uma alta da inflação no segundo semestre deste ano. No entanto, no fim da tarde, o presidente da Câmara, Arthur Lira, confirmou que houve um acordo para incluir esse montante na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 como despesas condicionadas (que só podem ser realizadas se houver espaço fiscal). O projeto da LDO do próximo ano só será votado após o novo arcabouço.

Ciência e tecnologia

O Plenário rejeitou destaque do PDT que queria excluir as verbas para ciência e tecnologia do novo arcabouço fiscal. A ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, chegou a comparecer ao plenário da Câmara em defesa da aprovação da proposta.

Outro destaque rejeitado, apresentado pelo MDB, criava o Comitê de Modernização Fiscal, que pretende aprimorar a governança das finanças federais e aumentar a transparência do Orçamento.

Novas regras fiscais

Aprovado no fim de maio em primeira votação na Câmara, o novo arcabouço fiscal teve de ser votado novamente pelos deputados porque os senadores introduziram várias mudanças no texto no fim de junho. A princípio, a segunda votação na Câmara estava prevista para a primeira semana de julho, mas foi adiada por causa da aprovação da primeira fase da reforma tributária na Casa e do projeto que muda o sistema de votação no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

A votação deveria ter ocorrido na semana passada, mas foi adiada por causa de declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a concentração de poderes na Câmara dos Deputados. A reunião de líderes, em que os acordos foram fechados, só ocorreu na noite desta segunda-feira (21).

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 23/08/2023

ESTADO PRETENDE REALIZAR LEILÃO DE CONCESSÃO DA COMPESA EM 2024

A Compesa deve universalizar o abastecimento de água e a coleta de esgoto até 2037 para cumprir o Marco Legal do Saneamento

Por Ângela Fernanda Belfort



Com a concessão, uma empresa privada passaria a prestar o serviço de distribuição de água e o de coleta e tratamento de esgoto. Foto: Compesa

O governo de Pernambuco deve fazer um leilão de concessão da Companhia de Saneamento de Pernambuco (Compesa) em 2024. Quem está fazendo o estudo que vai modelar esta concessão é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que foi contratado pelo Estado por cerca de R\$ 8 milhões para fazer

o levantamento que vai servir de base para a modelagem da concessão.

“O acertado com o BNDES é que a empresa que arrematar a concessão, vai pagar o estudo ao BNDES. Caso não seja feita a concessão por algum motivo, o Estado vai pagar o estudo que está sendo feito pelo BNDES”, explica o secretário estadual de Projetos Estratégicos, Diogo Bezerra.

Segundo Diogo, não vai ocorrer uma privatização da Companhia, mas uma concessão por um determinado período para uma empresa da iniciativa privada passar a oferecer o serviço de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgoto. “Neste caso, a Compesa continuaria responsável pela água”, comenta Diogo, acrescentando que numa privatização, entre outras coisas, a empresa deixa de pertencer ao Estado.

A concessão está sendo vista pelo governo como um meio de atrair investimentos de cerca de R\$ 16 bilhões para que a Compesa cumpra o que está no Marco Legal do Saneamento. Esta lei estabelece a universalização do serviço de abastecimento de água e de saneamento até 2037.

Os desafios nesta concessão são grandes. Atualmente, só 30% do Estado tem cobertura de saneamento e a Compesa perde 46% de toda a água que é tratada, segundo a secretaria estadual de Projetos Estratégicos. “O estudo vai atualizar todos estes dados. Decidimos fazer este estudo com o BNDES, porque isso adiantaria cerca de seis meses, já que o BNDES já tinha iniciado um estudo deste tipo em 2018. Como não foi feita a concessão, o Estado pagou pela parte que foi realizada. A expectativa é de que o estudo seja concluído em um ano e meio”, comenta Diogo.

Geralmente, o BNDES contrata técnicos para fazer o estudo.



Ainda de acordo com Diogo, a intenção do governo do Estado é realizar uma consulta pública sobre a concessão da Compesa no primeiro semestre de 2024 e no segundo semestre do próximo ano realizar o leilão da concessão. Até agora, a concessão divide o Estado em duas grandes regiões. A primeira inclui da Região Metropolitana do Recife até o Sertão do Pajeú. E a segunda inclui Petrolina e mais 19 municípios daquela região.

O secretário de Projetos Estratégicos de Pernambuco, Diogo Bezerra, diz que o estudo do BNDES vai servir de base para o modelo de concessão da Compesa. Foto: Divulgação

Os entraves no meio do caminho

A Região Metropolitana do Recife já tem uma Parceria Público-Privada entre a Compesa/Governo do Estado com a empresa BRK ambiental que está fazendo investimentos na ampliação da coleta e tratamento de esgoto. A Compesa leva água para 172 dos 184 municípios do Estado, segundo o balanço da empresa de 2022. “A concessão vai dizer como se deve tratar os municípios e as regiões do Estado. Alguns municípios são autônomos e não têm contrato com a Compesa”, explica Diogo. Os autônomos podem aderir a concessão ou não, de acordo com Diogo.

Ele argumenta também que a consulta pública – a ser realizada antes da concessão – vai passar pelos municípios. Um dos objetivos da consulta pública é coletar informações dos entes e cidadãos que serão atingidos com a concessão.

A Compesa leva água a 7,8 milhões de pessoas em Pernambuco e coleta o esgoto de 2,2 milhões de pessoas. A empresa tem 19 unidades regionais de negócios e 160 pontos de atendimento em todo o Estado. A empresa arrecadou 10,2% a mais em 2022, quando se compara com 2021. No ano passado, registrou um lucro líquido de R\$ 69,6 milhões, como foi publicado no seu balanço de 2022.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 23/08/2023

TRANSNORDESTINA E HUB DE HIDROGÊNIO VERDE NA RETOMADA DO PACTO PELO PECÉM

Foi formado um Grupo Gestor Provisório (GGP) composto pelos integrantes da iniciativa
Da Redação ME



O governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT), destacou o engajamento entre governo e empresas. Foto: Carlos Gibaja/Casa Civil.

O governador Elmano de Freitas (PT) esteve, nesta terça-feira (22), no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no auditório do do Instituto Federal do Ceará – Campus Pecém, para a retomada do Pacto pelo Pecém. A retomada do Pacto, articulado pela Assembleia Legislativa do Ceará (Alece), no período de 2011 a 2014, é agora uma ação entre CIPP S/A,

Governo do Estado, Alece, prefeituras de Caucaia e de São Gonçalo do Amarante e Associação das Empresas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (AECIPP).

A iniciativa propõe uma governança compartilhada multinível, com o engajamento de governos e empresas. “Nós estamos fazendo essa renovação do Pacto porque o Porto do Pecém receberá grandes investimentos, como a Transnordestina e o [Hub] Hidrogênio Verde. O crescimento do Porto deve representar melhoria de vida para a população que vive nesses municípios”, afirmou Elmano de Freitas.

As estratégias do Pacto foram detalhadas pelo presidente do CIPP, Hugo Figueirêdo. “Além do interesse genuíno de nós, que fazemos Complexo e o Estado, em ter um desenvolvimento sustentável e equilibrado, temos uma série de movimentos e demandas por uma governança e sustentabilidade ambiental e social, além dos grandes empreendimentos que estão para acontecer, como o Hub de Hidrogênio Verde e a Transnordestina”, reforçou.

Também foi formado um Grupo Gestor Provisório (GGP) composto pelos integrantes da iniciativa. Esse GGP será o embrião do futuro Conselho Gestor do CIPP, que poderá ter outras representações incorporadas.

Outra proposta é realizar uma revisão e atualização da Agenda Estratégica do Pecém (Alece, 2014) e elaborar um Plano de Ação Imediata.

O presidente da Alece, Evandro Leitão (PDT), falou do papel da Casa Legislativa na construção de um futuro melhor para os cearenses. “A construção do Pacto foi coordenada pelo Conselho de Altos Estudos da Assembleia Legislativa, que já realizou diversos outros estudos importantes. Juntos, iremos conduzir um processo de atualização do diagnóstico e de definição e implantação de um modelo de governança compartilhada que seja adequado e eficiente frente aos atuais e futuros desafios”, disse.

Sobre a parceria, o presidente da AECIPP, Eduardo Amaral, citou o engajamento do setor produtivo. “A AECIPP possui 73 empresas associadas, que geram mais de 102 mil empregos diretos e indiretos e representam 92% do PIB [Produto Interno Bruto] do Complexo. Nosso objetivo é apoiar de forma colaborativa um ambiente de negócios sustentáveis”, registrou.



A solenidade aconteceu no auditório do do Instituto Federal do Ceará – Campus Pecém. Foto: Carlos Gibaja/Casa Civil.

Também presente na solenidade, o idealizador do Pacto, o gestor público e ex-deputado Eudoro Santana ressaltou o trabalho para consolidar o Porto do Pecém como propulsor do desenvolvimento social e econômico do Ceará. “O Pacto do Pecém tem dez anos, mas a luta para transformar o Pecém numa área economicamente viável e socialmente justa, respeitando o meio ambiente, tem mais de 30 anos. Nesse

período, o crescimento do Pecém foi constante. Eu fico feliz que hoje essa ação seja retomada. Além de gerar riqueza, é preciso responsabilidade social e ambiental. Esse trabalho precisa ter essa visão”, defendeu.

Vitor Valim, prefeito de Caucaia, e Marcelo Teles, prefeito de São Gonçalo do Amarante, também pontuaram a inclusão social. “Que todo esse Complexo continue a trazer emprego e renda para Caucaia e São Gonçalo do Amarante sem descuidar do social e ambiental”, frisou Valim. “Nós precisamos trabalhar juntos para a equidade social. Que possamos abraçar essa causa para que, em breve, a gente tenha essa equidade em torno do Pecém”, registrou Teles.

Aeris Energy

Antes da assinatura do Pacto pelo Pecém, o governador conheceu a fábrica da Aeris Energy, instalada no CIPP. Na oportunidade, Elmano de Freitas foi recebido pelo presidente da empresa, Alexandre Negrão.

Fundada em 2010, a Companhia é líder na fabricação de pás para aerogeradores na América Latina, além de ser uma das maiores produtoras desse segmento no mercado mundial.

O governador Elmano de Freitas e o presidente da Aeris Energy, Alexandre Negrão. Foto: Carlos Gibaja/Casa Civil.

A Aeris conta com mais de 6 mil colaboradores no estado. A empresa dispõe de portfólio que inclui grandes empresas multinacionais fabricantes de aerogeradores.

O governador destacou a atuação da empresa na geração de empregos e transformação do perfil socioeconômico por meio das energias renováveis. “A Aeris é muito importante na grande mudança econômica que o Ceará pode passar. Parabéns a todos que fazem a Aeris, porque, além da quantidade de empregos, a Companhia dá um sentido para o desenvolvimento que tivemos até aqui. A nossa disposição de parceria é absoluta”, garantiu.



O presidente da Companhia falou sobre o potencial de crescimento diante da transformação da matriz energética global. “Hoje, temos 85% do mercado brasileiro, praticamente todo o mercado da

América Latina e 25% de todas as Américas. Hoje, o mundo está instalando cerca de 100 gigas de energia eólica. E nós, com quatro gigas, estamos com 4% do mercado. Em nossas projeções, acreditamos que esse número vai subir para aproximadamente 200 gigas até 2030. Para manter esse número, precisamos dobrar de tamanho, sem contar com offshore e hidrogênio verde. Nós acreditamos no potencial do hidrogênio verde”, disse.

Por meio da divisão Aeris Service, a empresa também presta serviços de manutenção e reparo para todos os modelos de pás e torres eólicas no Brasil e nos Estados Unidos.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 23/08/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

INSTITUCIONAL - ANTAQ INICIA SEMANA DE REUNIÕES COM USACE PARA QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES EM GESTÃO E CONCESSÃO DE HIDROVIAS



Reuniões servirão para finalizar termos do acordo que será firmado entre as entidades

Primeira reunião entre ANTAQ e USACE contou com a presença do diretor-geral da Agência, Eduardo Nery

Brasília 22/08/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) iniciou, nesta segunda-feira (21), o ciclo de reuniões com a United

States Army Corps of Engineers (USACE) para tratar sobre a assinatura de um acordo de suporte, apoio técnico e transferência de expertise e tecnologia aos servidores da Autarquia.

Ao longo de toda a semana diretores e corpo técnico da Agência se reunirão presencialmente na sede da Autarquia para alinhar os termos do acordo que culminará na capacitação de servidores para transferência de expertise e tecnologia aos servidores da Autarquia voltadas à configuração de estudos para concessões hidroviárias no país.

Durante a missão da Agência aos Estados Unidos, no fim de setembro, ANTAQ e USACE assinarão um Memorando de Entendimento (MoU) uma das etapas prévias da assinatura do acordo entre as instituições. A entidade norte-americana é a responsável por gerir todo o Vale do Mississippi desde 1824. Atualmente, a administração foi expandida para incluir a gestão de riscos de enchentes e sustentabilidade ambiental sob os auspícios da Divisão do Vale do Mississippi.

Há um entendimento da ANTAQ do significativo potencial de expansão da navegação, tanto na cabotagem quanto na navegação interior. O Brasil tem 60 mil quilômetros de potenciais hidroviárias, porém, explora somente cerca de 19 mil quilômetros.

Tendo em vista que infraestrutura necessária para garantir a navegação segura e eficiente é essencial, a expertise da USACE será de suma importância para o seu desenvolvimento. A colaboração com o corpo de engenheiros americanos tem o propósito de enfrentar os desafios associados a essa questão e contribuir para o avanço e aprimoramento da navegação brasileira.

Desde 2022 até o momento foram cinco reuniões técnicas, presenciais e virtuais com a USACE. A última presencial foi em abril, quando técnicos da Agência foram aos Estados Unidos para



apresentar os gargalos e possíveis soluções entendidas. Depois, mais duas reuniões virtuais foram realizadas sobre o tema.

As discussões terão como objetivo inicial a busca de expertise para estruturação e modernização dos Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental das hidrovias do Madeira e Paraguai-Paraná. Ambos modais estão previstos no plano geral de outorgas de exploração das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis no território nacional (PGO-Hidrovias).

Importância do acordo

A abertura da reunião contou com a presença do diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, que ressaltou a importância do acordo entre as entidades. Segundo ele, o conhecimento da USACE será primordial na elaboração de estudos de concessão das hidrovias previstos no plano geral de outorgas de exploração das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis no território nacional (PGO-Hidrovias)

“Essa série de encontros será muito importante para lapidar o acordo entre as duas instituições. Ele que contribuirá muito para a qualificação dos nossos servidores no entendimento de aspectos econômicos, de engenharia, ambientais e de regulação de hidrovias. Usaremos todo esse conhecimento em hidrovias previstas no nosso plano de outorgas. A partir daí daremos mais um passo na concessão deste modal, que é a última fronteira da intermodalidade no Brasil”, disse.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 23/08/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – IMPULSO À COMPETITIVIDADE BRASILEIRA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A iniciativa da Suzano em realizar investimentos substanciais para melhorar a logística das cargas de exportação no País é um exemplo claro de como a parceria entre a iniciativa privada e o setor público pode impulsionar a competitividade e o desenvolvimento econômico. A construção de uma nova fábrica de celulose em Ribas do Rio Pardo, Mato Grosso do Sul, e a criação de um terminal intermodal em Inocência demonstram o comprometimento da empresa em fortalecer a infraestrutura logística brasileira.

O projeto “Cerrado”, com investimentos de R\$ 22,2 bilhões, não só é uma resposta à crescente demanda por celulose, mas também um passo importante para aprimorar o escoamento dessa produção até o Porto de Santos (SP). A fábrica, que será a maior do mundo em linha única, representa uma aposta na eficiência e na capacidade de operação. Além disso, o terminal intermodal proporcionará uma ligação eficaz entre a produção e o porto, beneficiando não apenas a Suzano, mas também as comunidades locais com a criação de empregos e o desenvolvimento regional.

Esses investimentos não apenas melhorarão a capacidade de exportação da Suzano, mas também ressaltam a importância do setor privado na expansão das infraestruturas logísticas do país. Ao aprimorar a conexão entre as regiões produtoras e os portos, as empresas não apenas otimizam seus próprios processos, mas também fortalecem a economia como um todo. O Brasil é um país vasto e diversificado, e a melhoria das vias de transporte é crucial para garantir a eficiência na movimentação de bens.

Além disso, a Suzano não se limita apenas à produção. Também considera a sustentabilidade como um pilar fundamental. A opção pelo transporte ferroviário, mais eficiente e menos impactante ao meio



ambiente, demonstra um compromisso genuíno com a responsabilidade ambiental. Reduzir a quantidade de caminhões nas estradas não apenas diminui a emissão de poluentes, mas também contribui para a segurança viária e para a preservação das vias rodoviárias.

Nesse contexto, é fundamental que o setor público também atue de maneira colaborativa, proporcionando um ambiente regulatório propício para investimentos em infraestrutura e criando parcerias que resultem em benefícios mútuos. Iniciativas como a da Suzano são essenciais para fortalecer a imagem do Brasil como um destino atraente para investimentos e para promover a modernização de suas redes logísticas.

No caminho para um futuro mais eficiente e sustentável, a colaboração entre o setor público e a iniciativa privada é a chave para alcançar resultados significativos. A jornada da Suzano é um testemunho vivo de como os investimentos privados podem impulsionar a competitividade brasileira e criar uma base sólida para um crescimento econômico sólido e duradouro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/08/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

VOA BRASIL 1

O programa Voa Brasil, iniciava do Ministério de Portos e Aeroportos que prevê vender passagens de avião por R\$ 200 por trecho, será lançado no final deste mês. O prazo foi confirmado pelo ministro Márcio França nessa terça-feira, durante sua participação na abertura da 17ª edição da Navalshore - Feira e Conferência da Indústria Marítima, no Rio de Janeiro. Inicialmente, poderão aproveitar o preço promocional aposentados e pensionistas.

VOA BRASIL 2

As regras previstas originalmente para o Voa Brasil permanecem. O Governo lançará um aplicativo e, a partir dessa ferramenta, vai gerenciar as passagens ociosas das companhias aéreas, principalmente fora da alta temporada. Cada pessoa poderá adquirir até duas passagens por ano, tendo direito de adquirir mais duas para um acompanhante. “Se (o beneficiado) não voou nos últimos 12 meses, ela vai ter direito àquelas quatro passagens. Como é muita gente, vamos começar gradualmente. O primeiro corte seria os aposentados e pensionistas, que já daria um bom número de pessoas. Vamos testar como vai acontecer isso”, explicou o ministro. Devem ser oferecidas 50 mil passagens por mês a R\$ 200.

TURISMO

Segundo Márcio França, como parte do programa, o Ministério do Turismo irá integrar hotéis a iniciava, com a oferta de descontos nas diárias de quartos durante a baixa temporada.

RODOVIAS 1

O ministro dos Transportes, Renan Filho, detalhou sua estratégia para as concessões rodoviárias nessa terça-feira, durante evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista. Ele explicou que deseja “otimizar” esses contratos de concessão - atualmente o Brasil conta com 23 concessões de rodovias, das quais 15 podem ser “otimizadas”.

RODOVIAS 2

Segundo Renan Filho, o Ministério irá publicar uma portaria permitindo que as concessionárias com contratos desequilibrados e obras suspensas possam pedir seu reequilíbrio. Os casos também serão avaliados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Se for aprovado, um aditivo será assinado. O ministro prevê que tal estratégia pode alavancar investimentos da ordem de R\$ 80 bilhões, R\$ 40 bilhões dos quais poderão ser efetivados ainda no atual governo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/08/2023

NACIONAL - DEPUTADO LIGADO AO SETOR PORTUÁRIO LAMENTA POSSÍVEL SAÍDA DO MINISTRO DE PORTOS

Em entrevista ao BE News, Júlio Lopes classifica como “péssima” a demora para a definição das trocas na estrutura da pasta

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



O deputado federal Júlio Lopes disse que uma de suas principais preocupações caso Márcio França seja substituído é que a diretoria-executiva da PortosRio também caia Crédito: Divulgação/Câmara dos Deputados

O deputado federal Júlio Lopes (PP/RJ), um dos interlocutores do setor portuário no Congresso Nacional, lamentou ao BE News a possível substituição do ministro Márcio França no Ministério de Portos e Aeroportos pelo também deputado Silvío Costa Filho (Republicanos/PE).

“Fica até difícil comentar, pois os dois são muito competentes”, disse o parlamentar nesta terça-feira, dia 22. A troca no Ministério é para abrigar as siglas Republicanos e Progressistas no Governo em busca de apoio dos partidos em votações importantes no Congresso Nacional e deve acontecer na próxima segunda-feira, dia 28, depois que o presidente Luiz Inácio da Silva retornar da viagem à África.

O parlamentar classificou como “péssima” a demora para a definição das trocas na estrutura do Ministério de Portos e Aeroportos. “Com essas condições o setor não vai tocar projetos a longo prazo, estruturantes”, ressaltou.

O deputado Júlio Lopes afirmou que entre as suas principais preocupações estão as trocas na PortosRio, a Autoridade Portuária que administra os complexos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

“As pessoas que o Márcio nomeou lá são muito boas e se for o caso de elas saírem será lamentável”, completou o deputado.

Nomeado em abril, o atual diretor-presidente da PortosRio, Álvaro Luiz Savio, foi o primeiro executivo indicado por Márcio França. Ele substituiu o vice-almirante Francisco Antônio de Magalhães Laranjeira, que estava no cargo desde 2019.

A diretoria executiva da Autoridade Portuária também é composta pelo diretor de Gestão Portuária Ronaldo Fucci; pela diretora de Administração e Finanças Ana Beatriz Leal, e pelo diretor de Negócios e Sustentabilidade.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 23/08/2023

NACIONAL - CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA TEXTO DO ARCABOUÇO FISCAL

Nova regra vai substituir o teto de gastos que está em vigor desde o governo Temer, em 2016

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



O Projeto de Lei do arcabouço fiscal voltou para Câmara dos Deputados após ter sofrido alterações no Senado e foi aprovado com folga, com 379 votos a favor e 64 contra

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira, 22, o Projeto de Lei do novo arcabouço fiscal. A matéria agora vai à sanção presidencial.

A proposta vai substituir o teto de gastos aprovado na gestão do então presidente Michel Temer em 2016. A proposta voltou para a Câmara dos Deputados após alterações dos senadores. O texto foi aprovado com folga na terça-feira, com 379 votos a favor e 64 contra.

A Câmara excluiu uma regra fiscal defendida pelo Governo que abriria R\$ 40 bilhões para gastos no ano que vem, mas manteve Fundeb e Fundo Constitucional do Distrito Federal fora das regras do arcabouço.

O texto era uma das principais prioridades para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e estava sendo tratado desde junho.

As novas regras permitem uma maior flexibilidade em termos de gastos, que podem aumentar no ritmo das receitas tributárias.

O texto também garante um certo rigor orçamentário, limitando o aumento das despesas a 70% do crescimento das receitas primárias.

As novas regras já afetarão o orçamento do próximo ano. Os valores do arcabouço fiscal estarão previstos no texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 23/08/2023

NACIONAL - CURSO DE SUSTENTABILIDADE PARA EXECUTIVOS TEM INSCRIÇÕES ABERTAS

Anúncio foi feito durante live promovida pela ANTT e pelo Brasil Export
Por VANESSA PIMENTEL Enviar e-mail para o Autor



Natália Marcassa, Felipe Queiroz e Fabrício Julião durante a live “Boas práticas ESG no transporte rodoviário”: iniciativa da ANTT e do Brasil Export faz parte do Ciclo ESG Crédito: Reprodução/ANTT

Estão abertas as inscrições para o curso de Formação em Sustentabilidade voltado para executivos, em uma iniciativa liderada pelo Brasil Export e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A novidade foi anunciada na terça-feira (22) por João Amaral, presidente do Conselho ESG do Brasil Export, durante sua participação na live “Boas práticas ESG no transporte rodoviário”, que faz parte do Ciclo ESG promovido pela ANTT.

ESG é a sigla para Environmental, Social and Governance (em português, Ambiental, Social e Governança). O conceito tem crescido de forma rápida e virtuosa no mundo dos negócios internacionais e nacionais, reunindo um conjunto de padrões e boas práticas que visa definir se uma empresa é socialmente consciente, sustentável ambientalmente e corretamente gerenciada.

Além de Amaral, participaram da live o CEO do Brasil Export, Fabrício Julião; o diretor da ANTT, Felipe Queiroz; a CEO da Moveinfra, Natália Marcassa; a superintendente de Sustentabilidade e Responsabilidade Social da Arteris, Christiana Costa; a diretora de Sustentabilidade do grupo Ecorodovias, Mônica Jaén; e o vice-presidente de Governança, Controles Internos, Riscos e Compliance da CCR SA, Pedro Sutter. A transmissão gratuita foi feita pelo BE News, em seu canal no Youtube.

O curso terá turma de no máximo 20 executivos do setor de infraestrutura. As aulas serão ministradas de forma online, somando 20h de conteúdo em português, e as aulas presenciais serão



na Nova School of Business and Economics, uma das universidades mais importantes da Europa, localizada em Lisboa, Portugal.

A etapa online começa em outubro e, em novembro, os executivos viajam a Portugal para os cinco dias presenciais. Além das aulas no Campus da Nova SBE, os alunos farão visitas técnicas ao longo da semana para conhecer cases ESG de referência mundial aplicados pelas empresas EDP Renováveis (energia); Galp (óleo e gás) e Grupo Amorim (indústria). A viagem inclui ainda a visita ao Web Summit Lisboa 2023, o maior evento de tecnologia, inovação e empreendedorismo da Europa.

O conteúdo online discutirá temas como ESG, lucro e longevidade; métricas ESG na estratégia da organização; comunicação de impacto para stakeholders; o agora e o futuro do ESG, entre outros temas.

O investimento é de 5.500 euros (cerca de R\$ 29,4 mil), mas quem fizer a inscrição até o dia 31 de agosto pagará 4.950 euros (cerca de R\$ 26,5 mil). O valor inclui missões e visitas técnicas; hospedagem em hotel quatro estrelas por cinco noites; traslado do campus para as visitas e refeições (almoços e dois happy hours). Não estão inclusos passagem aérea, seguro viagem e traslado para o aeroporto.

“Liderança e sustentabilidade não se separam mais e essa iniciativa de formação executiva no tema é inédita, pioneira. Há uma necessidade de se formar novos líderes para este novo momento do planeta, que sai de uma histórica economia linear em direção à economia circular”, explica Amaral.

Nos próximos dias, mais detalhes sobre o curso serão divulgados pelos canais de comunicação do Brasil Export. Quem tiver interesse em realizar a Formação ESG para Executivos pode entrar em contato via e-mail no endereço joao.amaral@jamaral.com.br.

Após a apresentação da ideia, o diretor da ANTT explicou que o curso faz parte do quarto pilar do Ciclo ESG promovido pela autarquia, denominado Hub de Conhecimento. “É uma responsabilidade que a agência assumiu de ser uma das vozes que movimentam essa alavanca, essa conversa sobre ESG no setor de infraestrutura de transporte”, pontuou.

Estratégias e metas

Além do anúncio do curso, os representantes das concessionárias rodoviárias detalharam como estão trabalhando para aplicar estratégias e metas ESG em seus programas de negócio.

Uma das grandes preocupações das empresas é a descarbonização das operações, uma das metas propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para companhias de todo o mundo, em uma tentativa de zerar emissões de gases que geram efeito estufa e aceleram o aquecimento global.

Entre as mudanças estão a compra de novos equipamentos, que são abastecidos com combustíveis renováveis, eletrificação de máquinas, entre outras. Há também metas voltadas ao aumento da presença feminina em cargos de liderança.

Para Natália Marcassa, por mais que a iniciativa privada seja dinâmica e puxe a agenda ESG no país, é preciso ir mais rápido. “Estamos atrasados”, lamentou.

Por fim, Fabrício Julião garantiu que a pauta ESG será tratada sempre com destaque nos canais de comunicação do Brasil Export, entre eles o BE News, bem como nas iniciativas do grupo, como os fóruns regionais que discutem questões pertinentes à infraestrutura.

“É uma pauta que precisa ser constantemente divulgada para que a gente tente recuperar o tempo perdido”, declarou.

REGIÃO CENTRO-OESTE - SUZANO REALIZA DUAS OBRAS EM MS PARA ESCOAR CELULOSE PARA O PORTO DE SANTOS

Terminal da empresa no complexo portuário também passa por ampliação para receber as futuras remessas da carga

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O novo terminal em Inocência está sendo construído às margens da MS-240 e terá uma área construída total de 24,2 mil m², dos quais 21,5 mil correspondem à área de armazéns Crédito: Divulgação/Suzano

A empresa de celulose Suzano está investindo em duas obras em Mato Grosso do Sul para viabilizar a exportação da carga produzida na região Centro-Oeste via Porto de Santos (SP).

Os dois terminais que a companhia opera no complexo portuário santista também passam por obras de ampliação, visando o recebimento da futura demanda.

Em Mato Grosso do Sul, estão em construção uma fábrica de celulose, em Ribas do Rio Pardo, e um terminal intermodal, na cidade de Inocência (MS), que será o responsável por escoar a produção dessa fábrica via transporte ferroviário até o Porto de Santos (SP).

Segundo a companhia, a fábrica deve entrar em operação até junho de 2024 e terá capacidade para produzir 2,55 milhões de toneladas do produto por ano, aumentando a capacidade instalada de mercado da companhia para 13,5 milhões de toneladas anuais.

Chamado de “Projeto Cerrado”, a unidade de Ribas do Rio Pardo será a maior fábrica de celulose em linha única do mundo, de acordo com a Suzano, e conta com investimentos que totalizam R\$ 22,2 bilhões.

“Já investimos R\$ 12,4 bilhões no Projeto Cerrado”, disse o presidente da Suzano, Walter Schalka, durante a divulgação dos resultados financeiros referentes ao segundo trimestre de 2023 (2T23), no início deste mês.

Já o novo terminal da empresa em Mato Grosso do Sul está sendo construído às margens da MS-240 e contará com uma área construída total de 24,2 mil m², dos quais 21,5 mil correspondem à área de armazéns. O empreendimento contempla ainda 8,8 mil metros de linha ferroviária.

As obras começaram no primeiro semestre deste ano e devem ser entregues no terceiro trimestre de 2024, gerando 80 postos de trabalho.

Atualmente, são cerca de 280 trabalhadores atuando em três frentes de trabalho: serviços de terraplanagem, início da implantação da ferrovia e execução das fundações prediais. No pico da obra, que deve ocorrer em novembro deste ano, serão cerca de 320 postos de trabalho gerados.

Será por esse terminal que a celulose produzida em Ribas do Rio Pardo chegará ao Porto de Santos. A logística será a seguinte: a carga sairá da fábrica por caminhões, que seguirão viagem pelas BR-262 e MS-277 até o terminal de Inocência. Lá, a carga embarca em vagões e, por meio da ferrovia Malha Norte, operada pela Rumo, chegará ao complexo portuário para ser exportada.

Com o novo investimento, a Suzano passará a contar com dois terminais intermodais no Mato Grosso do Sul. O primeiro implantado pela companhia foi inaugurado em 2017, em Aparecida do Taboado, para escoar a produção da Unidade de Três Lagoas.

Obras em Santos

Paralelamente à implantação da fábrica e do terminal no Mato Grosso do Sul, a Suzano também já iniciou as obras de ampliação e melhorias nos dois terminais em operação no Porto de Santos, o T32 e DPW, este último operado em parceria com a empresa DP World Santos.

As obras foram iniciadas em fevereiro deste ano e seguem simultaneamente nos dois terminais, aumentando em 30 mil m² as áreas somadas de depósito atual, além de implantar sistemas para melhorias nos processos.

Entre as ações, está a implantação de pórticos rolantes para o descarregamento de cargas levadas via ferrovia ao terminal T32, e a ampliação do sistema de pontes rolantes com a instalação de mais dois equipamentos deste tipo. Após a conclusão, serão oito pontes no total, cada uma com capacidade de carregar até 40 toneladas de celulose.

Atualmente, as obras encontram-se em fase de finalização do estaqueamento (estacas) e início da montagem das estruturas metálicas dos depósitos, o que corresponde a 40% do projeto. São cerca de 450 pessoas trabalhando nos dois terminais. No pico, serão 550 trabalhadores. A conclusão das obras de expansão dos dois terminais está prevista para julho do ano que vem.

“Com a construção do terminal intermodal em Inocência e as ampliações dos terminais portuários em Santos estamos nos aproximando de viabilizar cada vez mais a operação da nova fábrica em Ribas do Rio Pardo. Além disso, estamos colaborando para o desenvolvimento socioeconômico da região como um todo”, disse Maurício Miranda, diretor de Engenharia da Suzano.

A Suzano já iniciou as obras de ampliação e melhorias nos dois terminais em operação no Porto de Santos, visando o recebimento da futura demanda vinda de Mato Grosso do Sul

Miranda ainda ressaltou a importância de viabilizar o transporte da carga via modal ferroviário, mais sustentável quando se trata de diminuir o impacto das operações no meio ambiente.

“Além de mais eficiente e competitivo, o transporte ferroviário retira caminhões das estradas, tornando-se uma alternativa sustentável. Por isso, todo o nosso projeto, desde a construção da fábrica até o escoamento da produção, foi pensado unindo inovação e sustentabilidade”, completa Miranda.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/08/2023



REGIÃO SUDESTE - VPORTS INICIA REFORMA E RECUPERAÇÃO DOS ARMAZÉNS NO CENTRO DE VITÓRIA

Expectativa é de que trabalhos sejam concluídos até maio do ano que vem

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



VPorts será responsável pela reforma e recuperação dos armazéns do Centro de Vitória (Foto: Divulgação/VPorts)

A VPorts, concessionária que administra o Porto de Vitória, no Espírito Santo, começou a reforma e recuperação dos prédios dos armazéns localizados no Centro de Vitória. Segundo a Autoridade Portuária, as obras abrangerão várias etapas,

incluindo melhorias estruturais, tratamento de problemas no concreto, resolução de infiltrações e renovação geral das estruturas. Seguindo o cronograma estabelecido pela VPorts, a expectativa é que a reforma seja concluída até maio de 2024.

O projeto faz parte das obrigações do caderno de encargos da concessionária após o processo de desestatização da antiga Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). A VPorts vai investir aproximadamente R\$ 130 milhões em obras de infraestrutura e superestrutura portuária.

Segundo a concessionária, a primeira fase do projeto contempla limpeza e tratamento de fachadas, além do reforço estrutural. A cor será escolhida em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, retratando as cores originais dos armazéns à época de sua construção.

“Além de ser uma parte importante do porto que, pelas condições estruturais, não pode ser utilizada, o conjunto dos cinco armazéns tem uma importância social e histórica significativa para a comunidade de Vitória. Reformar essa estrutura é representativo em vários aspectos. O projeto reafirma nosso compromisso em apoiar a revitalização do centro de Vitória com a melhoria da ambiência da região, garantindo a integração entre a cidade e o porto”, comentou o diretor-presidente da VPorts, Ilson Hulle.

Uma solenidade, próximo à área dos prédios dos armazéns, marcou o início das obras e contou com a presença do governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), e do prefeito de Vitória, Lorenzo Pazolini (Republicanos).

“Desde 2021 nós temos feito o processo de ressignificação do Centro de Vitória, que passa pelo Mucane (Museu Capixaba do Negro), pelo Mercado da Capixaba, pela Casa Porto. Isso tudo traz a volta de investimentos para o Centro. Hoje nós temos a união dos poderes públicos com a iniciativa privada, e é um momento muito importante, porque essa sinergia traz bons resultados para o capixaba”, disse Pazolini.

As estruturas dos armazéns foram construídas nas décadas 40 e 50, o que remete ao século passado devido à arquitetura singular, que foi parcialmente mantida ao longo dos anos.

A concessionária informou que uma equipe da VPorts já conduz estudos técnicos para determinar os usos futuros dos espaços renovados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/08/2023

REGIÃO SUDESTE - RODOANEL MÁRIO COVAS PASSA A ACEITAR PAGAMENTO DE PEDÁGIO POR APROXIMAÇÃO

Segundo o Governo Estadual, com a adesão dos trechos Sul e Leste, todo o anel viário está equipado para essa modalidade de cobrança

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br

Desde segunda-feira (21), as praças de pedágio dos trechos Sul e Leste do Rodoanel Mário Covas (SP-021) passam a aceitar pagamento com cartão de débito por aproximação. Segundo o Governo de São Paulo, com a adesão desses segmentos do anel viário a essa modalidade de cobrança, todo o Rodoanel está equipado para esse modelo de pagamento, já que o sistema já era aceito nas 13 praças do Trecho Oeste.



Todo o trecho do Rodoanel passa a aceitar pagamento por aproximação nos pedágios (Foto: Divulgação/Artesp)

As onze praças de pedágio dos trechos Sul e Leste do Rodoanel, segmento rodoviário operado pela da SPMar, foram equipadas para receber este tipo de

pagamento com cartões que tenham a tecnologia NFC (Near Field Communication), que não exige a digitação de senha. Os motoristas precisam conferir se seus respectivos cartões utilizam a plataforma.

Atualmente, a forma de pagamento já é aceita em mais de 73% das praças de pedágio das rodovias concedidas do Estado de São Paulo. Das 20 concessionárias sob sua gestão, 16 já implantaram essa modalidade de cobrança.

“Com o pagamento com cartão por aproximação, o motorista ganha mais conforto e segurança, com paradas mais ágeis nas praças de pedágio e maior fluidez do trânsito”, explicou Milton Persoli, diretor geral da Artesp.

O uso desta tecnologia começou em 2020, com investimentos das concessionárias Ecovias e Ecopistas, as primeiras a implantar a ferramenta nas praças de pedágio das rodovias do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI) e do Corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto.

No total, já são 129 praças de pedágio do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado, fiscalizado e gerenciado pela ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo, que aceitam o pagamento por aproximação. Delas, 81 aceitam cartão de crédito e débito e 48 somente débito.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/08/2023

REGIÃO SUDESTE - INCÊNDIO ATINGE EMPILHADEIRA EM TERMINAL DE CONTÊINERES DO PORTO DE SANTOS

Segundo empresa, não houve feridos; causas serão apuradas

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br

Reprodução/Redes sociais



Corpo de Bombeiros enviou 4 viaturas para combater o incêndio (Foto: Reprodução/Redes sociais)

Um incêndio atingiu o Terminal de Contêineres do Grupo Fassina, localizado na margem esquerda do Porto de Santos, em Guarujá (SP), na noite de segunda-feira (21). Segundo informações do Corpo de Bombeiros, o fogo atingiu uma empilhadeira e se alastrou rapidamente.

De acordo com a corporação, foram enviadas quatro equipes de resgate e combate a incêndio, que agiram rápido e controlaram o fogo, impedindo que ele atingisse outras estruturas do terminal.

O Grupo Fassina confirmou que o incêndio se concentrou em uma empilhadeira que operava no terminal localizado em Vicente de Carvalho, distrito de Guarujá. Ainda segundo a empresa, o incidente

não deixou vítimas e as causas serão apuradas internamente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/08/2023

REGIÃO SUL - EXPORTAÇÕES NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL AUMENTAM 60% EM 2023

De janeiro a julho, porto catarinense movimentou 9 milhões de toneladas, um novo recorde

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



Em julho, o volume de cargas em São Francisco do Sul chegou a 1,4 milhão de toneladas, um crescimento de 35% com relação ao mesmo mês de 2022, que angijiu 1 milhã

O Porto de São Francisco do Sul (SC) registrou 5,4 milhões de toneladas nas exportações nos primeiros sete meses do ano. O número representa um aumento de 60% em comparação com o mesmo período do ano passado, quando o complexo enviou para o exterior 3,4 milhões de toneladas. Segundo a Autoridade Portuária, o porto catarinense atingiu um recorde histórico ao movimentar 9 milhões de toneladas de janeiro a julho de

2023, aumento de 25% em comparação com o mesmo período do ano passado, quando foram alcançadas 7,2 milhões.

Segundo a SCPAR São Francisco do Sul, os grãos foram os principais responsáveis pelo crescimento das exportações deste ano, com um volume de carga de 4,9 milhões de toneladas. A soja teve 3,8 milhões e o milho, 1,1 milhão.

Já os produtos siderúrgicos lideram entre as mercadorias importadas com 1,9 milhão de toneladas, seguido pelos fertilizantes, com 1,2 milhão.

“É sem dúvida um grande marco para SFS. Sabemos o quanto estes sucessivos recordes de movimentação impactam na economia da cidade. Isto é fruto de um bom planejamento e trabalho aliado aos bons resultados do agronegócio brasileiro”, disse o secretário Estadual de Portos, Aeroportos e Ferrovias, Beto Martins.

Para o presidente do Porto de São Francisco do Sul, Cleverton Vieira, os números alcançados demonstram a força do agronegócio de Santa Catarina e também do Brasil.

“O Porto de São Francisco está dotado das condições logísticas ideais para contribuir para o escoamento dos produtos, gerando receita para todos os atores envolvidos, desde agricultores e caminhoneiros que fazem o transporte, até toda a mão de obra envolvida para a exportação dos produtos”, comentou.

Com resultados expressivos alcançados na exportação, as importações pelo porto catarinense, por sua vez, atingiram a marca de 3,6 milhões de toneladas. Para efeito de comparação, no mesmo período em 2022, os números foram de cerca de 3,9 milhões.

Bons números em julho

Em julho, o volume de cargas chegou a 1,4 milhão de toneladas, um crescimento de 35% com relação ao mesmo mês de 2022, que atingiu 1 milhão. Em 2023, as exportações totalizaram 926 mil toneladas, representando 66% do total em julho. A soja foi o principal produto vendido para o exterior, chegando a 730 mil toneladas, seguido pelo milho, com 168 mil toneladas, e o óleo de soja, com 25 mil litros.

Já as importações somaram 488 mil toneladas, (34% da movimentação) impulsionadas pelas cargas de material siderúrgico, como bobinas e barras de aço (300 mil toneladas) e fertilizantes (187 mil toneladas).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/08/2023

NACIONAL – SUDESTE EXPORT DIA 28 E 29/08

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

SUDESTE EXPORT

FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

28 E 29 DE AGOSTO

VISITAS TÉCNICAS

- Unidade da Transpes em Betim
- Unidade da VLI em Belo Horizonte

Evento exclusivo para conselheiros, patrocinadores e autoridades convidadas

Transmissão ao vivo e gratuita pelo Portal BE News



BE NEWS

Brasil Export, discutindo ideias e apontando caminhos



Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 23/08/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

BRASIL É MAIOR FORNECEDOR MUNDIAL DE FARELO DE SOJA, INFORMA CONAB

Informações: Revista Cultivar (23 de agosto de 2023)

O Brasil deverá manter elevadas as exportações de farelo de soja nesta temporada, tornando-se o maior fornecedor mundial desse subproduto com o escoamento de 21,82 milhões de toneladas. De acordo com a análise do Boletim Logístico da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgado na segunda-feira (21), as recentes alterações foram motivadas pela redução do processamento de soja na Argentina – principal fornecedor mundial – em decorrência da queda na produção da oleaginosa naquele país, com previsão de ser 50% inferior à do ano passado, o pior resultado argentino desde o ciclo 1999/00.

De forma indireta, outro fator importante no acréscimo da oferta do farelo de soja nacional está relacionado à forte demanda por parte das indústrias brasileiras de biodiesel, que impulsionaram os preços do óleo de soja no mercado brasileiro. Esse cenário foi acirrado pela disputa externa, uma



vez que a procura global pelo óleo de soja do Brasil também está aquecida, apresentando, de acordo com o Comex Stat, recorde de exportação do subproduto no período. As exportações brasileiras do farelo de soja no acumulado até julho/23 atingiram 12,9 milhões de toneladas contra 12,2 milhões ocorridas no mesmo período do exercício passado. Destaca-se ainda o escoamento pelo porto de Santos (40,6%), Paranaguá (29%), Rio Grande (15,5%) e Salvador (5,7%).

No mês de julho, 36,1% das exportações brasileiras de soja ocorreram pelo porto de Santos, 37,3% foram escoadas pelo porto do Arco Norte, e 11,7% pelo porto de Paranaguá. Já com relação ao milho, os portos do Arco Norte continuam apresentando incrementos na participação das vendas externas em relação aos demais portos do país, atingindo, em jul/23, 39,8% da movimentação nacional contra 36% no mesmo período do ano anterior. Na sequência, o porto de Santos, com 27,2% da movimentação total, o porto de Paranaguá com 16,9%, e o porto de São Francisco do Sul, que registrou 7,7% dos volumes embarcados contra 2,6% em igual período do exercício anterior. Tanto para o milho quanto para a soja, a origem das cargas para exportação ocorreu, prioritariamente, dos estados de Mato Grosso, Goiás, Paraná, e Mato Grosso do Sul.

Frete

Com relação aos preços de fretes rodoviários, houve tendência de aumento na média das cotações em Mato Grosso, onde as contratações de transporte de grãos vêm sofrendo sucessivos acréscimos, acompanhando a volatilidade observada nos preços dos combustíveis. De acordo com as fontes, este aquecimento deve perdurar até que o nível de comercialização da soja e do milho atinja patamares considerados suficientes para que se estabilize, o que poderá acontecer em outubro e novembro. Em Mato Grosso do Sul, o mercado também experimentou reajustes de preços, especialmente a partir da segunda quinzena do mês, devido a questões comerciais que envolvem as cotações dos grãos e dos prêmios nos portos, e a demanda do mercado interno e externo.

Outros estados que seguiram o movimento de alta foram Goiás, onde os preços sofreram reajustes e as dificuldades para obter caminhões continuaram em julho, e Tocantins, que apresenta alta demanda em determinados itinerários, especialmente na retirada da soja em grãos dos armazéns com descarga no transbordo de Palmeirante e destino no porto de Itaqui/MA. No Paraná, os valores de transporte para o milho não apresentaram variações nos trajetos em direção a Paranaguá. Já nos estados da Bahia, Piauí, Maranhão e também no Distrito Federal, o mercado de fretes apresentou redução na maior parte dos trechos.

Em Minas Gerais, na avaliação das transportadoras, o grande volume de soja que continua armazenado e sem comercialização fará com que o setor siga aquecido ao longo de todo o segundo semestre. Além disso, o grande destaque do estado é a rota do café, líder das exportações do setor agropecuário mineiro e que desempenha um papel crucial na receita do estado, representando 36% do valor total. No primeiro semestre deste ano o produto faturou US\$ 2,6 bilhões, com embarques correspondentes a 11 milhões de sacas.

O Boletim Logístico também apresenta informações sobre o desembarque de adubos e fertilizantes nos portos brasileiros, que revela incremento de 16%, e ainda dados sobre a movimentação de estoques da Conab, realizada por transportadoras contratadas via leilão eletrônico. O periódico mensal coleta dados em dez estados produtores, com análises dos aspectos logísticos do setor agropecuário, posição das exportações dos produtos agrícolas de expressão no Brasil, análise de fluxo de movimentação de cargas e levantamento das principais rotas utilizadas para escoamento da safra.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 23/08/2023

EXPORTAÇÕES CRESCEM 5,9% ATÉ TERCEIRA SEMANA DE AGOSTO

Informações: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (23 de agosto de 2023)

No acumulado do ano, vendas externas também registram crescimento de 0,7%, atingindo US\$ 214,05 bilhões



Até a terceira semana de agosto de 2023, as exportações brasileiras cresceram 5,9%, se comparadas a agosto de 2022, pela média diária, e somaram US\$ 19,84 bilhões. Na mesma comparação, as importações caíram 18,4% e totalizaram US\$ 13,26 bilhões. Assim, no período em análise, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 6,59 bilhões, com crescimento de 163,6%, e a corrente de comércio diminuiu 5,4%, alcançando US\$ 33,10 bilhões. As informações foram divulgadas nesta segunda-feira (21/8), na página da Balança Comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Acesse aqui os dados completos da Balança Comercial parcial – 3º semana do mês de agosto.

Acumulado

No acumulado de janeiro até terceira semana de agosto deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado, as exportações cresceram 0,7% e somaram US\$ 214,05 bilhões. As importações caíram 10,1% e totalizaram US\$ 153,90 bilhões. Dessa forma, a balança comercial apresentou superávit de US\$ 60,14 bilhões, o que representa um crescimento de 45,3% em relação ao resultado registrado em 2022, e a corrente de comércio registrou queda de 4,2%, atingindo US\$ 367,95 bilhões, no período.

Setores e Produtos nas exportações

Até a terceira semana de agosto deste ano, o desempenho dos setores nas exportações apresentou crescimento de 15,2% em agropecuária, que somou US\$ 4,68 bilhões; crescimento de 13,1% em indústria extrativa, que chegou a US\$ 4,82 bilhões e, por fim, queda de 1,3% em indústria de transformação, que alcançou US\$ 10,15 bilhões. A combinação destes resultados levou ao aumento do total das exportações.

A expansão das exportações foi puxada, principalmente, pelo crescimento nas vendas dos seguintes produtos: Café não torrado (+ 15,3%), Soja (+17,2%) e Algodão em bruto (+77,7%) na agropecuária; minério de ferro e seus concentrados (+ 9,5%); minérios de cobre e seus concentrados (+ 15,3%) e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (+ 13,0%) na indústria extrativa ; açúcares e melaços (+ 39,1%); farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais (+ 35,9%) e produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (+ 49,8%) na indústria de transformação.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 23/08/2023

PORTOS DO RS BATEM RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO EM 2023

Informações: Agência Marinha de Notícias (23 de agosto de 2023)

A movimentação de cargas nos portos do Rio Grande do Sul (RS) teve uma alta recorde no primeiro semestre de 2023. Cerca de 1.800 embarcações transportaram mais de 20 milhões de toneladas. A maior parte das mercadorias passou pelo Porto do Rio Grande, responsável por cerca de 95% do total. Já nos portos de Pelotas e de Porto Alegre foram 638.976 e 375.697 toneladas, respectivamente. Além dos três portos públicos, os dados se referem, também, às movimentações dos terminais de uso privado e arrendados e dos estaleiros Rio Grande e do Brasil Ltda.

No topo da lista de cargas estão os granéis sólidos, seguidos pelas cargas gerais e granéis líquidos. No Porto do Rio Grande, a soja é uma das mercadorias com destaque de movimentação, com variação positiva de 118,05%, quando comparada ao primeiro semestre de 2022. No Porto de Pelotas, o destaque também foi para a soja. Apenas no mês de junho, foram carregadas 2.997 toneladas do produto. Em Porto Alegre, a estrutura portuária contabilizou, no primeiro semestre deste ano, 375.697 toneladas movimentadas. A maior parte dessa quantidade, 217.186 toneladas, é de insumos para a produção de fertilizantes.

Toda essa movimentação conta com o trabalho da Capitania dos Portos do RS, Organização da Marinha do Brasil (MB) que atua na regulamentação do serviço de praticagem e no despacho de embarcações que entram e saem dos terminais e das que realizam o fundeio. Dessa forma, a Força

Naval contribui para a eficiência e segurança dos terminais, além de auxiliar na preservação dos recursos naturais da área costeira.

“A Marinha desempenha papel relevante na garantia da segurança das embarcações e tripulações que transitam pelos portos. Isso ajuda a prevenir acidentes, colisões e outros incidentes que possam colocar em risco a vida humana e o meio ambiente. Além disso, a Força fiscaliza e aplica regulamentos marítimos a fim de garantir que as operações portuárias atendam aos padrões de segurança. Isso ajuda a evitar práticas inadequadas e a manter a integridade das operações. Além de contribuir, também, para a prevenção e o combate às atividades ilícitas, como contrabando, tráfico de drogas, imigração ilegal, ajudando a manter a segurança e a ordem nos portos”, destacou o Capitão dos Portos do RS, Capitão de Mar e Guerra Luciano de Assis Luiz.

O Comandante explica, ainda, que o aumento de movimentação nos portos do Rio Grande do Sul exige que os militares atuem em várias frentes. “Com esse maior volume de movimento nos portos, é esperado que intensifiquemos nossas atividades. Isso envolve mais inspeções, um monitoramento mais rigoroso e, possivelmente, a necessidade de recursos adicionais para lidar com o aumento da demanda. O objetivo permanece o mesmo: assegurar que as operações portuárias ocorram de maneira segura e eficiente”, explicou o Capitão dos Portos.

De acordo com o presidente da Portos RS, empresa pública responsável por gerenciar o sistema hidroportuário do estado, Cristiano Pinto Klinger, a atuação conjunta das duas instituições é fundamental, principalmente no Rio Grande Sul, estado que conta com alta exportação e movimentação de produtos agrícolas pelos portos.

“A relação entre autoridades Marítima e Portuária é de fundamental importância e necessita de total alinhamento para que a gente consiga realizar uma boa operação portuária. Quando a gente fala, por exemplo, que aqui no Rio Grande do Sul, de 25 a 30% do PIB passa pela estrutura dos portos gaúchos, sem existir essa boa relação, nós não conseguiríamos fazer essa movimentação, porque precisamos da Autoridade Marítima, com seu papel de segurança da navegação, e da Autoridade Portuária, com as regras de navegação portuária”, explicou Klinger.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 23/08/2023

FRENLOGI PROMOVE SEMINÁRIO SOBRE AVANÇOS DA ARMAZENAGEM NO SETOR DE LOGÍSTICA EM ÂMBITO NACIONAL

Informações: FRENLOGI (23 de agosto de 2023)



A Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi) realizará o Seminário da Câmara Temática de Armazenagem, com o objetivo de abordar o panorama da armazenagem no Brasil. O evento destacará melhores práticas, inovações, tecnologias e processos eficientes relacionados à armazenagem. Além disso, serão apresentadas informações sobre a capacidade de armazenamento agrícola e sua distribuição pelo território nacional, bem como soluções para os gargalos logísticos existentes.

O Seminário terá como anfitrião o presidente em exercício da Frenlogi, deputado federal Diego Andrade (PSD/MG), e acontecerá no dia 24/08, às 8h, na Câmara dos Deputados. O evento contará com a participação do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania/SP), responsável pela Câmara Temática de Armazenagem da Frenlogi, e será mediado pelo diretor de Relações Institucionais da Frenlogi, Edinho Bez.

O evento contará com a participação de representantes da esfera política, do setor empresarial e da sociedade civil organizada, com o apoio da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), e do Instituto Brasil Logística (IBL). Além disso, conta com a parceria da Frente



Parlamentar da Agropecuária (FPA), da Frente Parlamentar Pelo Brasil Competitivo e da Frente Parlamentar Pelo Cooperativismo (FRESCOOP).

Pesquisa IBGE

Dados do IBGE indicam que a capacidade disponível para armazenamento no Brasil atingiu 183,3 milhões de toneladas no segundo semestre de 2021, representando um aumento de 1,5% em relação ao semestre anterior. O número de estabelecimentos também cresceu 1,2% na mesma comparação.

A maioria dos estabelecimentos está localizada no Rio Grande do Sul (2.159), seguido pelo Mato Grosso (1.397) e Paraná (1.340). O estado do Mato Grosso possui a maior capacidade de armazenagem do país, com 45,5 milhões de toneladas, sendo 59,1% do tipo graneleiros e 34,2% silos.

Esses números fazem parte da Pesquisa de Estoques publicada, em 2022, pelo IBGE, que também indicou um aumento de 31,1% no estoque de produtos agrícolas em relação a 31 de dezembro de 2020, totalizando 36,7 milhões de toneladas.

Frenlogi

A Frenlogi é uma frente suprapartidária criada em 2019 e comprometida com o progresso socioeconômico do país. Ela conta com a participação ativa de senadores e deputados federais eleitos que buscam promover ações legislativas e institucionais para aprimorar a legislação federal e os marcos regulatórios do setor de logística e infraestrutura.

Confira a programação completa do evento:



CONVITE

A Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura - FRENLOGI tem a honra de convidar para o

Seminário Câmara Temática de Armazenagem

24 AGOSTO 2023
AS 8H

Local: **PLENÁRIO 11**
Câmara dos Deputados

Uma Frente Parlamentar suprapartidária, com senadores e deputados que buscam fomentar, articular e promover ações legislativas e institucionais para o aprimoramento da legislação federal e dos marcos regulatórios de infraestrutura e logística.

Deputado
Diego Andrade (PSDB/MG)
Presidente da Frenlogi (em exercício)

Deputado
Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)
Vice-Presidente Câmara Temática de Armazenagem

Deputado
Edinho Bez
Diretor de Relações Institucionais da Frenlogi

CÂMARAS TEMÁTICAS DA FRENLOGI

■ Aeroportuária Deputado Júlio Lopes (PP/RJ)	■ Mobilidade Urbana Deputado Rubens Ottoni (PT/GO)
■ Armazenagem Deputado Arnaldo Jardim (Cidadania/SP)	■ Portos e Navegação Senadora Profa. Dorninha (União/TO)
■ Energia Senador Marcelo Castro (MDB/PA)	■ Rodoviária Deputado Diego Andrade (PSDB/MG)
■ Ferroviana Deputado Pedro Uczai (PT/SC)	■ Telecomunicações Deputado Carlos Chiodini (MDB/SC)

Confirme a presença:
frenlogi@ibl.org.br

www.frenlogi.org
frenlogi@ibl.org.br
sigafrenlogi

Apoiadores:     

Programação:

8h – 8h30

Registro e recepção dos participantes

8h30 – 9h

Abertura do Seminário e apresentação dos objetivos do evento

9h – 11h

Alternativas de Armazenagem:
Armazéns Gerais e Armazenagem no local de Produção

- Déficit de armazenagem
- Visão do produtor rural e Visão das cooperativas
- Modelo de armazém para agricultura familiar
- Plano safra armazenagem
- Logística de armazenagem e alternativas de escoamento
- Visão da indústria de máquinas
- O custo do desperdício na logística do agronegócio no Brasil
- Logística de escoamento, oportunidades e desafios

11h15 – 12h30

Linhas de Financiamento para aumentar capacidade de armazenagem

- Financiamento de armazenagem
- Armazém para todos

12h30 – 13h

Sessão de perguntas e respostas

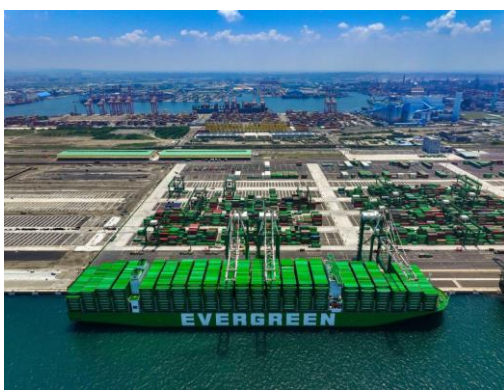
13h

Encerramento do Seminário

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 23/08/2023

EVERGREEN INAUGURA O PRIMEIRO TERMINAL AUTOMATIZADO DE CONTÊINERES NO PORTO DE KAOHSIUNG EM TAIWAN

Fonte: Mundo Marítimo (23 de agosto de 2023)



O Terminal 7 durante 2024 poderá atracar simultaneamente quatro navios porta-contêineres de 24.000 TEUs e dois navios alimentadores – Foto: Mundo Marítimo

A Evergreen (EMC) inaugurou a recente construção do Terminal 7 no porto de Kaohsiung, no sul de Taiwan, que é descrito como o projeto mais importante para a indústria naval taiwanesa nos últimos anos. Taiwan International



Ports Corporation (TIPC) em colaboração com a linha Evergreen foram os arquitetos do terminal automatizado 7.

No projeto a TIPC ficou a cargo da construção da infraestrutura portuária, enquanto a Evergreen line investiu em sistemas operacionais e equipamentos como guindastes STS, Automatic Rail Gantry Cranes (ARMGC), reach stackers e side loaders.

YI Chang, presidente da Evergreen, declarou: “Em linha com a tendência da indústria de navegação internacional e a demanda operacional de grandes navios porta-contêineres, a Evergreen consolidou os serviços de manuseio de carga nos terminais 4 e 5 do porto de Kaohsiung e transferiu as operações para o terminal avançado 7, eliminando a demanda de caminhões para transportar contêineres entre os dois terminais separados e reduzindo as emissões de carbono derivadas desse transporte. Fizemos um investimento significativo em equipamentos automáticos e economizadores de energia e também lançamos ‘Containerlink’, uma plataforma online que melhora o serviço qualidade integrando cronogramas de caminhões para entrega/coleta de carga, operação de pátio de contêineres e sistemas de pagamento digital.”

Detalhes do terminal 7

O Terminal 7 está equipado com 5 berços com calado de 18 metros, comprimento de cais de 2.415 metros e 24 pórticos STS, 19 dos quais telecomandados. Entre eles, 16 guindastes de pórtico têm 55,5 metros de altura e podem movimentar grandes navios porta-contêineres com 25 fileiras de contêineres no convés, melhorando efetivamente a eficiência das operações no cais.

Os cinco berços do Terminal 7 serão abertos em duas fases. Atualmente, os berços S5, S4 e S3B já estão em operação, enquanto os berços S1, S2 e S3A começarão a operar em julho de 2024. Quando estiver em plena operação no ano que vem, o Terminal 7 permitirá a atracação simultânea de quatro navios porta-contêineres de 24.000 TEUs e dois feeders. Com uma área de 149 hectares, as instalações terão capacidade para armazenar 89.238 TEUs de contentores carregados e 43.656 TEUs de contentores vazios.

Como o primeiro e maior terminal de contêineres totalmente automatizado de Taiwan equipado com guindastes de pórtico controlados remotamente, o Terminal 7 pode melhorar muito a eficiência das operações de movimentação de contêineres. A longo prazo, o terminal deverá atingir um volume anual de movimentação de 6,5 milhões de TEUs.

Foco em automação e sustentabilidade

Com o objetivo de construir um centro de contêineres totalmente automatizado, a Evergreen instalou 24 guindastes de pórtico STS, incluindo 19 operados remotamente, 60 guindastes de pórtico automatizados não tripulados (ARMGC) e 24 portões inteligentes no Terminal 7.

Com a introdução de sistemas de comunicação 5G, conectividade de fibra ótica e redes de informações da Internet das Coisas (IoT) em todo o site, juntamente com o Sistema Operacional de Terminal Inteligente da Evergreen (EMCTOS), tecnologia de reconhecimento ótico (OCR) e sistema de monitoramento de consumo de energia em tempo real, a Evergreen pode efetivamente coordenar as operações portuárias e melhorar a eficiência do pátio de contêineres, tornando o Porto de Kaohsiung Terminal 7 um dos maiores hubs de contêineres do mundo.

Por outro lado, é de referir que todos os pórticos do Terminal 7 funcionam com eletricidade e os empilhadores e carregadores laterais estão equipados com motores ecológicos de alto nível. Além disso, o Containerlink conecta o fluxo de dados da cadeia de serviços de contêineres em tempo real e permite que os clientes usem a plataforma online para criar agendamentos de caminhões. Isso aumenta a eficiência do depósito de contêineres, reduzindo o tempo de entrega dos veículos e eliminando a necessidade de impressão de documentos, o que reduz o consumo de combustível e as emissões de carbono.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 23/08/2023

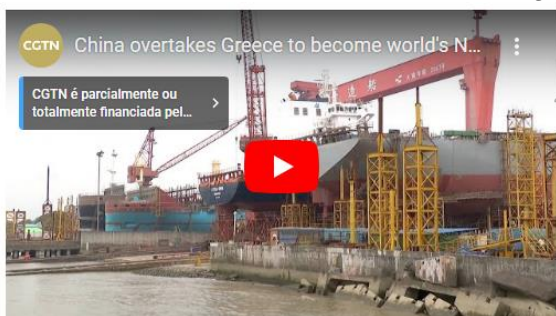
CHINA ULTRAPASSA A GRÉCIA E SE TORNA A MAIOR PROPRIETÁRIA DE FROTA MARÍTIMA DO MUNDO

Informações: Poder Naval (23 de agosto de 2023)

A China ultrapassou a Grécia como o maior proprietário de frota marítima do mundo em termos de arqueação bruta (GT).

A Grécia ocupou essa posição por uma década, mas a posição da China como centro mundial de manufatura, seu comércio de carga resiliente e forte apoio financeiro ao setor de transporte marítimo a impulsionaram à liderança da indústria.

As últimas classificações da Clarksons Research mostraram que a frota de propriedade chinesa é de 249,2 milhões GT. A Grécia ficou em segundo lugar com 249 milhões de GT e o Japão em terceiro com 181 milhões de GT.



Especialistas disseram que as classificações estão alinhadas com as expectativas, dado o status contínuo da China como um importante centro de produção e outros fatores positivos.

Confira matéria CGTN:
<https://youtu.be/-lAnVbuwztQ>

Durante os últimos anos, a indústria naval da China cresceu rapidamente, especialmente nos setores de granéis secos e navios porta-contêineres.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 23/08/2023

KLABIN ACOMPANHA SUZANO E ELEVA PREÇOS DE CELULOSE A PARTIR DE SETEMBRO

Informações: FORBES (23 de agosto de 2023)

A maior fabricante de papel para embalagens do Brasil vai elevar os preços da commodity para a China em 20 dólares a tonelada

A Klabin anunciou nesta segunda-feira que vai subir os preços da celulose para China, Europa e Américas a partir de setembro, acompanhando movimento da rival Suzano anunciado na semana passada.

“A Klabin informa que acompanhará os recentes anúncios de aumento de preço para a celulose de fibra curta na China, assim como na Europa e nas Américas”, afirmou a companhia.

A maior fabricante de papel para embalagens do Brasil, que também produz celulose, vai elevar os preços da commodity para a China em 20 dólares a tonelada a partir de setembro. Para Europa e Américas, o reajuste será de 50 dólares, informou a companhia.

O reajuste informado pela Suzano na sexta-feira ocorreu depois que executivos da companhia afirmaram no início do mês que tinham confiança na implementação em agosto do restante de um aumento de 30 dólares anunciado em junho para a Ásia.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 23/08/2023

DIESEL ESTÁ 10% MAIS CARO EM TODO BRASIL

Informações: Portal NTC (23 de agosto de 2023)



Todas as cinco regiões brasileiras registraram aumento para os dois tipos de diesel – Imagem de prostooleh no Freepik

Dados do Índice de Preços Ticket Log (IPTL), levantamento que consolida o comportamento de preços das transações nos postos de combustível, trazendo uma média precisa, apontaram que, após o reajuste de 25,8% no valor do diesel repassado às refinarias, válido desde o último dia 16 de agosto, o preço médio nacional do litro do combustível foi comercializado nos postos a R\$ 5,76 no dia 17 de

agosto, um aumento 9,71% ante o dia 15, data anterior à mudança, e de 12,72% quando comparado ao dia 10 de agosto.

De acordo com os dados do levantamento do Ticket Log, o diesel S-10, fechou no dia 17 à média de R\$ 5,94 nas bombas de abastecimento do País, com um acréscimo também de 10% em relação ao dia 15 de agosto, e de 13,14%, ante o dia 10 do mesmo mês.

Segundo Douglas Pina, Diretor-Geral de Mobilidade da Edenred Brasil, o litro do diesel ficou mais caro para os motoristas brasileiros e, no recorte regional, todas registraram aumento para os dois tipos de diesel. No Centro-Oeste e no Norte o preço do diesel comum fechou o último dia 17 acima de R\$ 6. Já o diesel S-10 fechou acima deste valor em todas as cinco regiões brasileiras.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 23/08/2023

PORTO DE CABEDELO: 88 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO ESTRATÉGICA E UM RECORDE HISTÓRICO EM 2023 COM REPERCUSSÃO NACIONAL

Informações: Porto de Cabedelo (23 de agosto de 2023)

O Porto de Cabedelo, com seus 88 anos de presença marcante na Paraíba, continua a solidificar sua posição como um dos maiores ativos logísticos da região Centro Nordeste. Estrategicamente localizado e com uma integração impecável entre os modais marítimo, ferroviário e rodoviário, ele não apenas atende à Paraíba, mas também influencia regiões muito além de suas divisas estaduais.

Sob a gestão do presidente da Companhia Docas, Ricardo Barbosa, o ano de 2023 tem sido de celebrações para o porto. Em julho, o Porto de Cabedelo registrou um salto impressionante de 103% nas operações, movimentando cerca de 170 mil toneladas. Esta conquista se soma ao reconhecimento nacional que o porto recebeu, sendo agraciado com o prêmio 2023 de 1º lugar na categoria Execução de Investimentos Planejados, concedido pelo Ministério dos Portos e Aeroportos.

Além destes marcos, o porto passa atualmente por uma série de reformas em seus armazéns.

“Estas renovações, que visam aprimorar ainda mais suas operações, prometem trazer impactos significativos para a região, impulsionando o desenvolvimento, e resultando na criação de mais empregos e no aumento da renda local”, pontuou Ricardo Barbosa.

O progresso contínuo e o comprometimento com a excelência são a marca registrada do Porto de Cabedelo. E, como destaca a própria gestão, a verdadeira vencedora deste esforço constante é a população.

Para o presidente do Porto, o trabalho apenas começou e vem muito mais nos próximos dias.

“É imperativo reconhecer o papel fundamental do governador João Azevedo na trajetória de sucesso do porto. Graças aos seus investimentos em modernização e ampliação, o porto tem sido destaque nacional. Seu compromisso com o desenvolvimento regional e com a promoção de uma infraestrutura robusta é evidentemente louvável”, afirmou o presidente da Companhia Docas.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 23/08/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

PETROBRAS ABERTA PARA VENDA DE ATIVOS

Por epbr 23 de agosto de 2023 Em Comece seu Dia, Petróleo e gás

O diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Joelson Falcão Mendes, disse que, mesmo após a estatal frear o programa de venda de ativos da gestão passada, para reavaliação, ainda há espaço para a venda de ativos para as petroleiras independentes e de menor porte:

– “Chega um determinado momento em que ou você desinveste ou leva até o final e se responsabiliza”, disse a jornalistas, nesta terça (22/8). “A gente não está de portas fechadas de forma nenhuma”, complementou.

– O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, também tem feito sinalizações nessa linha. No fim do mês passado, chegou a dizer que é preciso “fugir dos tabus” e que tem defendido junto ao presidente Lula a retomada da venda de campos onshore da Petrobras.

Transpetro no Suriname. Empresa planeja se internacionalizar e o primeiro passo nessa direção será dado ainda em 2023, disse o presidente da companhia, Sérgio Bacci, ao Broadcast/Estadão. O executivo afirma que a Transpetro está perto de assinar o primeiro memorando de intenções internacional, com a Staatsolie, estatal do Suriname.

– O país, na visão da subsidiária da Petrobras, deve abrir também as portas para a vizinha Guiana, que também explora a Margem Equatorial: “A Margem Equatorial começa no Brasil, mas passa pela Guiana, Guiana Francesa, Suriname. Esses países não têm know how (experiência) com exploração e produção de petróleo”, afirmou Bacci.

– No Brasil, a Transpetro pretende lançar em janeiro de 2024 o edital para contratação de 25 navios de apoio que serão construídos no Brasil para ampliar sua frota própria. São as primeiras contratações do novo programa de revitalização da frota da companhia.

E a Exxon faz novas avaliações na Guiana. Petroleira está conduzindo novas atividades de avaliação offshore num cluster chamado Fangtooth-Lancetfish, que pode vir a ser o sétimo desenvolvimento de produção no bloco Stabroek.

AGU vai contra Ibama e propõe conciliação no Foz do Amazonas. A Advocacia-Geral da União publicou nesta terça (22/8) um parecer que contraria o órgão ambiental, ao afirmar que a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) não é necessária para o licenciamento da exploração de petróleo e gás na Bacia da Foz do Amazonas.

– A falta de AAAS foi uma das justificativas para a negativa do órgão ambiental à licença para perfuração do bloco FZA-M-59 pela Petrobras.

– A AGU solicitou à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF) a abertura de um processo administrativo de conciliação entre os órgãos federais envolvidos no assunto – no caso, Ibama e Ministério do Meio Ambiente de um lado, e Ministério de Minas e Energia e Petrobras de outro.



Cotas regionais para PD&I em óleo e gás. O senador Marcos Pontes (PL/SP), ex-ministro da Ciência e Tecnologia no governo Bolsonaro, assumiu este mês a relatoria do PL 5066/2020, que propõe a criação de cotas regionais para os investimentos mínimos que as petroleiras são obrigadas a destinar para pesquisa, desenvolvimento e inovação. Veja os rankings das universidades e estados que mais recebem dinheiro das petroleiras.

Petróleo recua novamente. O barril do petróleo do Brent, para outubro, caiu 0,51%, a US\$ 84,03, pressionado por preocupações sobre a saúde da economia chinesa, além da possibilidade de outro aumento de juros nos EUA.

Aneel propõe redução de 37% nas bandeiras tarifárias. Em meio a um cenário hidrológico positivo e à crescente oferta de energia renovável no Brasil, a agência abriu consulta pública para avaliar a redução dos valores das bandeiras tarifárias.

Consórcio Gênese sob investigação. Aneel homologou parcialmente os resultados do último leilão de transmissão e abriu processo administrativo para investigar o consórcio formado pelas empresas The Best Car Transportes de Cargas Nacionais e Internacionais e Entec Empreendimentos.

– Sem histórico em energia, Gênese venceu dois lotes, com investimento previsto de R\$ 3,4 bilhões, mas foi desqualificado por não apresentar a documentação necessária.

PF abre inquérito para apurar causas do apagão. Investigação da Polícia Federal sobre as causas do blecaute que atingiu 25 estados e o DF, no dia 15, corre em sigilo e “apura os crimes de sabotagem e atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública”.

Apagão no radar do TCU. O Tribunal de Contas da União vai monitorar a apuração das causas da falha no Sistema Interligado do dia 15 de agosto. Por sugestão do vice-presidente do TCU, Vital do Rego, a área técnica deve incluir ações de controle em seu planejamento, para que o colegiado possa acompanhar o tema.

Sandoval defende mudanças. Uma semana depois do blecaute, o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, reforçou a necessidade de promover mudanças na forma de funcionamento do setor elétrico: do “arranjo regulatório” à remuneração, atributos de fontes e condições relacionadas à operação do sistema elétrico.

ONS quer aperfeiçoar previsão sobre geração solar. O Operador Nacional do Sistema Elétrico iniciou o processo de seleção de empresas para uma licitação internacional para o desenvolvimento de modelos para previsão de geração solar fotovoltaica, nos horizontes de curtíssimo e curto prazo (que se estendem desde um dia até um mês à frente).

Importação de sistemas fotovoltaicos caiu 21% no primeiro semestre, de acordo com levantamento da Greener. Segundo a consultoria, o recuo foi menor do que o esperado pelo mercado. Os empreendimentos de grande porte ajudaram a puxar o índice de importação para cima. Por outro lado, a geração distribuída desacelerou as compras internacionais.

LUZ quer captar 15% dos novos clientes no mercado livre com venda digital de energia. Em entrevista à agência epbr, Rafael Maia, CEO da LUZ, conta que a empresa está investindo em tecnologias, como inteligência artificial, para facilitar a contratação de energia pelos clientes e ajudar no controle do consumo de eletricidade.

Nos Brics, Brasil busca aliança para plataforma de produtos verdes. Lula (PT) defendeu em Joanesburgo, na África do Sul, que países da América do Sul e África aproveitem sua posição estratégica como fornecedores de insumos para transição energética e se organizem para negociar em pé de igualdade com as nações industrializadas.

Mercado de carbono. A senadora Leila Barros (PDT/DF) apresentou na segunda (21/8) o relatório do PL 412/2022, projeto que estabelece o mercado de carbono no Brasil, na Comissão do Meio Ambiente (CMA) do Senado. O substitutivo é a proposta negociada pelo governo federal com a indústria.

– Faz parte do Plano de Transição Ecológica, prometido por Haddad. O governo está otimista com a aprovação no Congresso Nacional este ano.

TotalEnergies aumenta investimento em CCS no Mar do Norte. Acordo com a CapeOmega Carbon Storage prevê compra de 40% da participação na licença de exploração de captura e armazenamento de carbono no projeto Luna, a 120 km da costa de Bergen, na Noruega.

Comissário climático da UE renuncia para eleição na Holanda. O vice-presidente executivo da Comissão Europeia, Frans Timmermans, renunciou hoje ao cargo de comissário responsável pela ação climática.

– Timmermans é candidato nas eleições gerais da Holanda em 22 de novembro, como líder do partido GroenLinks-PvdA – uma aliança entre os partidos verde e trabalhista. O vice-presidente eslovaco da comissão, Maros Sefcovic, assume temporariamente até a nomeação de um novo membro holandês da comissão. As informações são da Argus.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 23/08/2023*

URCA TRADING INVESTIRÁ R\$ 5 MILHÕES PARA ENTRAR NO MERCADO VAREJISTA DE ENERGIA

Urca espera alcançar 2 mil clientes até dezembro de 2024 com foco nas pequenas e médias empresas

Por epbr 23 de agosto de 2023 Em Empresas, Setor elétrico



Em janeiro, o Grupo Urca adquiriu os negócios da Gás Verde para controlar a usina de Seropédica e outras duas na Região Metropolitana (foto: Divulgação)

BRASÍLIA — A Urca Trading, associada do Grupo Urca Energia, anunciou na terça (22/8) que vai investir R\$ 5 milhões para entrar na modalidade varejista do ambiente de contratação livre (ACL) de energia.

A expectativa é alcançar cerca de 2 mil clientes até o fim de 2024 entre indústrias de pequeno porte e varejistas previstos para migrar do ambiente regulado com a abertura do mercado livre para todos os consumidores de média e alta tensão em janeiro do ano que vem.

O grupo Urca Energia já atua hoje em diversas áreas do segmento de energia limpa e renovável. A entrada da Urca Trading na modalidade varejista mira nichos de mercado em que os clientes têm uma fatura mensal de eletricidade de, pelo menos, R\$ 10 mil.

Fundada em 2018, a empresa que atua no trading de energia soma mais de 3.600 GWh comercializados, com mais de R\$1,1 bi em contratos de energia.

“A abertura do Mercado Livre de Energia é uma grande transformação para a economia brasileira e permitirá tornar as indústrias e o varejo mais competitivos. A Urca Trading oferecerá uma solução simples e sem burocracia para quem quer migrar, fazendo todo o processo junto à Câmara Comercializadora de Energia Elétrica (CCEE)”, comenta o CEO da Urca Trading, Dante Beneveni.

Nas operações na ACL, a Urca Trading entregará I-Recs, certificado que rastreia e comprova a origem renovável da energia contratada pelo cliente, e um selo de energia renovável.

Juntos, selo e certificado garantem a procedência da energia renovável consumida e comprovam a compensação de emissão de GEE da empresa.

Beneveni explica que a chancela é crucial nos inventários de emissão das empresas e comunicação aos clientes finais com metas de descarbonização.

“A Urca Trading está focada em fomentar a descarbonização das empresas brasileiras. Dessa forma, a expansão das fontes renováveis no país será uma consequência natural da abertura do ACL, já que mais consumidores estarão aptos a consumir este tipo de energia, com necessidade de expansão da oferta”, completa.

Mais de 5 mil consumidores já pediram para migrar

Mais de 5 mil consumidores já solicitaram a migração para o mercado livre de energia elétrica em 2024, segundo levantamento feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) com as distribuidoras. Os dados estão em nota técnica publicada pela agência que propõe novas regras para a comercialização varejista.

A partir de janeiro, o mercado livre de energia será aberto para todos os mais de 200 mil consumidores do grupo A, que incluem clientes de alta e média tensão, assim como aqueles que recebem energia por linhas subterrâneas. A estimativa é que 72 mil clientes migrem, já descontando aqueles que optaram por outros modelos de contratação de energia, como a geração distribuída.

Na nota técnica, a Aneel informou que fez uma consulta às distribuidoras a respeito dos pedidos de migração. Quase metade das solicitações já pedem a mudança a partir de janeiro.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 23/08/2023

MAIOR PARQUE EÓLICO FLUTUANTE DO MUNDO ATINGE CAPACIDADE MÁXIMA NO MAR DO NORTE

Hywind Tampen, da Equinor, abastece a demanda de energia das plataformas de petróleo Snorre A e B e Gullfaks A, B e C no Mar do Norte

Por epbr 23 de agosto de 2023 Em Eólica, Mercado offshore



Maior parque eólico flutuante do mundo, Hywind Tampen, da Equinor, no Mar do Norte. Crédito: Ole Jørgen Bratland/Equinor

A Equinor inaugurou oficialmente nesta quarta-feira (23/8) o maior parque eólico flutuante do mundo, Hywind Tampen, no Mar do Norte. A usina tem capacidade instalada de 88 MW e fica em lâmina d'água entre 260-300 metros, a 140 km da costa da Noruega.

O empreendimento recebeu investimento de 7,4 bilhões de coroas norueguesas (R\$ 3,4 bilhões). Tem 11 turbinas instaladas em uma estrutura de concreto e usa o modelo de boias flutuantes spar (floating spar buoy) para instalação das torres, o que permite a instalação em lâmina d'água mais profunda – e tem um conceito similar às plataformas de óleo e gás spar, também utilizadas por petroleiras na região.

O parque eólico começou a funcionar no terceiro trimestre de 2022 e alcançou a capacidade máxima neste mês de agosto.

O empreendimento foi desenvolvido em parceria com Enova SF, Petoro, Vår Energi, INPEX Idemitsu Norge, Wintershall Dea Norge e OMV.

Integração com petróleo

Hywind Tampen vai atender 35% da demanda por energia elétrica das plataformas de petróleo Snorre A e B e Gullfaks A, B e C.

As turbinas eólicas estão ligadas à rede das plataformas por uma linha de transmissão de 2.5 km com capacidade de 66 kV.

A expectativa da Equinor é cortar 200 mil toneladas de emissões de CO2 por ano, além de mil toneladas de NOx.

Outros projetos flutuantes

Este é o segundo parque eólico instalado pela Equinor e um dos quatro hoje em operação no mundo. O primeiro da petroleira norueguesa foi o projeto-piloto Hywind Scotland, com capacidade de 30 MW.

Outro empreendimento em operação é o WindFloat Atlantic, em Portugal, com capacidade de 25 MW. Foi desenvolvido pela Windplus e é controlado por um consórcio entre EDP Renováveis (54,4%), Repsol (19,4%), Engie (25%) and Principle Power (1,2%).

O segundo maior parque flutuante atualmente em funcionamento é o Kincardine, com 50 MW, também na costa da Escócia. O empreendimento foi desenvolvido pela Kincardine Offshore Wind, subsidiária da Pilot Offshore Renewables (POR) e tem um acordo de venda de energia para a Statkraft.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 23/08/2023

ELETOBRAS ESTUDA INCORPORAR FURNAS

Medida faz parte da iniciativa de simplificação da estrutura societária e de governança
Por repbr 22 de agosto de 2023 - Atualizado em 23 de agosto de 2023 Em Empresas, Setor elétrico



Trabalhador da Eletrobras Furnas inspeciona torres de transmissão de energia elétrica (Foto: Divulgação)

A Eletrobras anunciou nesta terça-feira (22/8), em fato relevante divulgado ao mercado, que iniciou estudos para integrar as operações com Furnas, sua subsidiária integral.

De acordo com a companhia, a medida faz parte da iniciativa de simplificação da estrutura societária e de governança prevista no planejamento estratégico da companhia.

A Eletrobras tem atualmente cinco subsidiárias: CGT Eletrosul, Chesf, Eletronorte, Furnas e Eletropar.

Furnas é a maior das empresas, com presença em 15 estados e no DF, e capacidade instalada de geração de mais de 18 GW. Veja os principais ativos da subsidiária:

- 22 usinas hidrelétricas, com potência instalada de 17.794 MW
- 2 usinas termelétricas, com potência instalada de 375 MW
- 5 parques eólicos com potência instalada de 123 MW
- 75 subestações, com capacidade de transformação de 126.176 MVA
- 34.786,88 Km de linhas de transmissão

Reorganização da Eletrobras

Desde 2016, a Eletrobras tem implantado uma série de medidas para enxugar as operações e simplificar a estrutura. Esse processo foi ampliado e acelerado significativamente com a privatização.

As ações incluem a redução de pessoal, de cargos de liderança, venda de ativos não estratégicos e Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e centralização dos processos decisórios na holding.

O número de funcionários caiu 30% desde o primeiro trimestre de 2022, de 12 mil para 8,5 mil. E os cargos de liderança, de 916 para 757, redução de 17,4%.

As subsidiárias foram transformadas em subsidiárias integrais e foram eliminadas 48 posições em órgãos de governança, como a extinção dos conselhos de administração na CGT Eletrosul, Eletronorte e Furnas. O número de SPEs caiu de 178, em 2016, para 73, no primeiro trimestre deste ano.

O plano inclui ainda venda do portfólio de térmicas a gás e de participações nas distribuidoras Energisa.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 23/08/2023

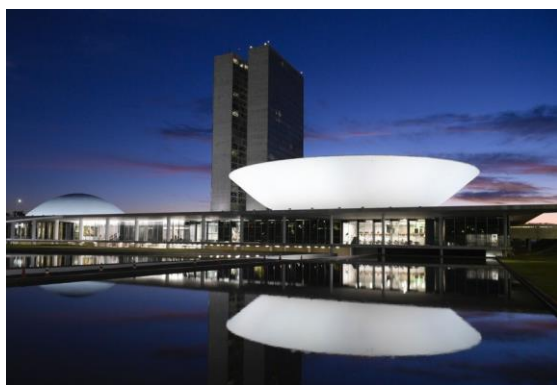


JORNAL O GLOBO – RJ

ARCABOUÇO FISCAL: E EU COM ISSO?

Entenda como a aprovação do projeto pode influenciar na vida dos brasileiros e por que ele é tão importante para o país

Por O Globo — Brasília



O Congresso Nacional — Foto: Pedro França/Agência Senado

Com a aprovação do projeto de lei na Câmara, que estabelece o novo arcabouço fiscal do país, os brasileiros se perguntam como ele pode influenciar na vida da população e por que é importante para o país. O projeto voltou à Casa, após alterações no Senado. Confira abaixo cinco pontos dos efeitos do projeto.

Queda dos juros

Com uma perspectiva mais favorável para as contas públicas, o Banco Central brasileiro terá mais segurança para continuidade ao ciclo de corte da taxa Selic, hoje em 13,25%. Com juros em queda, haverá maior propensão ao consumo de bens que necessitam de financiamentos, como imóveis, carros e eletrodomésticos.

Dólar

O projeto de arcabouço fiscal também aumentará a confiança dos investidores estrangeiros na economia brasileira. Com isso, o fluxo de dólares vindo para o país será maior, o que tende a valorizar o real sobre a moeda americana.

Pauta econômica: Secretário-executivo da Fazenda confirma que taxação de fundos 'offshores' será encaminhada por projeto de lei

Inflação

Com o dólar em queda, a inflação também ficará menos pressionada. Produtos que têm a moeda americana como referência, como a gasolina e o trigo, poderão ficar mais baratos para os consumidores na ponta final.

Investimentos

As contas públicas em ordem e a queda dos juros irão estimular os investimentos públicos e privados. O país com as contas organizadas será visto pelos investidores como um lugar mais "seguro" para alocar recursos.

Crescimento econômico

Com juros mais baixos, inflação em queda e mais investimentos, a tendência é de revisão para cima das estimativas de crescimento do PIB do país. Isso significa maior geração de empregos e renda para a população.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/08/2023

NA ARGENTINA EM CRISE, PROFISSIONAIS COBIÇADOS SÓ ACEITAM SALÁRIOS EM DÓLARES

Empresas, como MercadoLibre e Accenture, já aceitam pagar ao menos parte da remuneração a funcionários locais na moeda americana. Setor de tecnologia é o mais afetado

Por Bloomberg — Buenos Aires



Uso do dólar, embora não seja novidade, está explodindo em toda a Argentina, à medida que a inflação ultrapassa 100% e destrói o valor do peso — Foto: Juan Robayo/AFP

O esforço de Javier Milei para dolarizar a economia da Argentina é, em muitos aspectos, um tiro no escuro. Para começar, o político de extrema direita ainda precisa conquistar a vitória na eleição presidencial de outubro. Uma vez no cargo, ele terá que superar uma série de obstáculos para eliminar o peso como moeda de curso legal do país.

Mas a verdade é que muitos argentinos não estão esperando para ver como isso vai se desenrolar. Eles estão dolarizando a economia por conta própria - uma transação e um contrato de cada vez.

Em setores como o de tecnologia e de finanças, trabalhadores qualificados estão exigindo que seus salários sejam pagos em dólares. As empresas, incluindo a MercadoLibre, a maior empresa de tecnologia da Argentina e que no Brasil opera com o nome Mercado Livre, estão cada vez mais concordando com isso.

A maioria dos proprietários de imóveis em Buenos Aires agora só aceita pagamentos em dólares. O mesmo vale para os aluguéis do Airbnb. E a lista continua crescendo: instrumentos musicais, advogados especializados em divórcio, couro importado - se a pessoa quiser, tem que desembolsar as 'verdinhas'.

O uso do dólar, embora não seja novidade, está explodindo em todo o país atualmente, à medida que a inflação ultrapassa 100% e destrói o valor dos pesos que as pessoas carregam em suas carteiras e colocam em suas contas correntes.

É um colapso clássico como o que ocorreu na Venezuela, devastada pela hiperinflação, uma década antes: a confiança na moeda entra em colapso a ponto de as pessoas não quererem usá-la nem mesmo para as transações mais básicas e, assim, ela desaparece gradualmente da economia.

- Quando não há demanda por um produto, seu valor é zero - disse Milei em uma entrevista na semana passada.

O valor do peso ainda não é zero, mas está em queda livre. No mercado controlado pelo governo, um peso vale menos de um terço de um centavo de dólar americano. No mercado negro, ele vale ainda menos: um décimo de um centavo.

O peso caiu 23% somente no último mês, a maior queda entre todas as moedas monitoradas pela Bloomberg, e 91% nos últimos cinco anos. Isso aprofundou um aumento da inflação que foi alimentado, em grande parte, pela disposição do banco central de imprimir dinheiro para financiar os déficits orçamentários do governo.

Salários híbridos em dólares e pesos

No florescente setor de tecnologia da Argentina, estima-se que 200 mil pessoas trabalhem de forma clandestina para empresas no exterior para serem pagas em dólares ou euros e evitem o imposto de renda, de acordo com a Argencon, um grupo comercial que conta com o MercadoLibre entre seus membros.

Um relatório do grupo constatou que a taxa de rotatividade de trabalhadores em empregos que pagam em pesos ultrapassou 30% em várias empresas de tecnologia no ano passado.



Javier Milei, candidato de extrema direita, quer dolarizar a economia da Argentina — Foto: Bloomberg

Para conter o desgaste, o MercadoLibre, com mais de 10 mil funcionários na Argentina, é uma das muitas empresas que pagam pelo menos parte dos salários em dólares e a outra parte em pesos.

A gigante da consultoria Accenture, a empresa de software Globant e a fintech Uala também começaram a implementar estruturas salariais semelhantes, de acordo com registros corporativos, funcionários e relatórios da mídia local.

"Esse benefício é concedido a funcionários que estão em alta demanda em empresas locais, bem como em organizações que não operam na Argentina, mas que contratam os melhores talentos oferecendo salários em contas bancárias estrangeiras", disse a Uala.

A fintech oferece de 10% a 40% dos salários em dólares, dependendo do cargo, e os bônus por desempenho também são em moeda americana, afirmou.

O MercadoLibre e a Accenture não responderam a um pedido de comentário. A Globant se recusou a comentar - no início deste mês, o CEO da empresa disse em uma entrevista que os problemas econômicos do país estavam contribuindo para a fuga de cérebros.

Para os proprietários de empresas que ficaram para trás, como Adrian Turjanski, a velocidade com que essa nova tendência está crescendo é alarmante. Diretor da empresa de testes de DNA Bitgenia, Turjanski diz que simplesmente não está em condições de oferecer salários em dólares. Para tentar reter a equipe, ele aumentou o treinamento de habilidades para os funcionários mais jovens.



Mulheres passam em frente à casa de Câmbio em Buenos Aires — Foto: Luis ROBAYO / AFP

No entanto, rapidamente detectou um problema com esse plano: depois que os funcionários fortalecem seus currículos, eles geralmente partem para empregos que pagam em dólares.

- Estamos fazendo um favor às grandes empresas. E isso é letal - afirmou Turjanski.

'Dolarização' na prática, após décadas de crise

A obsessão dos argentinos pelo dólar começou há décadas, resultado de uma série interminável de crises, desvalorizações e espirais de inflação. Uma vez, na década de 1990, o governo até tentou um esquema semelhante à dolarização, no qual atrelava um dólar a um peso, até que o sistema entrou em colapso em 2001.

Entenda: Por que a vitória de Milei nas primárias argentinas trouxe tanto nervosismo aos mercados?

Há muito tempo, os argentinos mantêm dinheiro em contas de poupança em dólares, e o país está rotineiramente entre os maiores importadores de notas da divisa americana. As compras de alto valor, como casas e carros usados, também são quase totalmente feitas com as 'verdinhas'.

Mas o que está mudando agora é a quantidade de transações e setores que estão mudando de pesos para dólares.



O economista Emilio Ocampo está aconselhando Javier Milei sobre como dolarizar a economia da Argentina — Foto: Bloomberg

Em Buenos Aires, por exemplo, mais de 60% dos anúncios de aluguel de apartamentos agora são cotados em dólares, de acordo com o ZonaProp, um site de imóveis. Dois anos atrás, esse número era de 20%.

Até cardápio em dólar

Outro dia, a equipe do Roux, um bistrô no sofisticado bairro da Recoleta, que serve ostras cruas, caviar e carne argentina, mudou alguns dos preços do cardápio para dólares, algo raramente visto antes.

Embora seja cada vez mais comum receber pagamentos em dólares - pelo menos entre as pessoas dos círculos mais ricos - os argentinos ainda têm receio de falar abertamente sobre isso por medo de represálias por parte das autoridades fiscais. Nenhum dos entrevistados pela Bloomberg News quis falar abertamente para esta reportagem.

Exceto, é claro, Milei e seus assessores. Eles não conseguem parar de falar sobre o assunto.

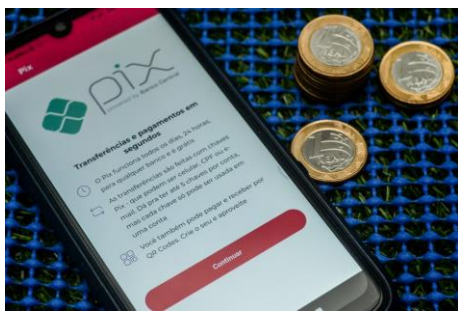
- A Argentina já está dolarizada - de fato dolarizada - disse Emilio Ocampo, economista que trabalha com Milei, em uma entrevista concedida em junho, acrescentando que essa é a maneira que as pessoas encontraram para se proteger do "imposto" da inflação.

Ocampo ressaltou que, se o plano de dolarização de Milei for codificado em lei, será porque o país "basicamente não tem outra opção".

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/08/2023

MINISTÉRIO PÚBLICO TERÁ ACESSO DIRETO A DADOS DE PIX DE PESSOAS SOB INVESTIGAÇÃO



A medida começa a valer a partir do próximo dia 1º de setembro
Por Renan Monteiro — Brasília

Pix — Foto: Adriano Ishibashi / FramePhoto / Agência O Globo

O Banco Central anunciou nesta quarta-feira que órgãos de investigação terão acesso direto aos dados cadastrais de usuários que utilizam o Pix para transações e pagamentos. A regra só vale para as pessoas já sob investigação. A medida começa a valer a partir do próximo dia 1º de setembro

O BC cita os Ministérios Públicos (estaduais e federal) e outros entes públicos com atribuições de persecução penal, de controle ou de apuração de suspeitas de ilegalidades.

Até então, o fornecimento desses dados está ocorrendo mediante tratamento individualizado pelos servidores da autarquia. Ou seja, de forma não automatizada.

Com a mudança, o BC espera ajudar no combate e na prevenção de fraudes e crimes, além de aperfeiçoar o nível de segurança do sistema Pix.

As autoridades terão acesso a dados cadastrais vinculados às chaves Pix. Na lista estão: nome do usuário, CPF/CNPJ, instituição de relacionamento, número da agência e da conta, tipo da conta, data de criação da chave e da abertura da conta, entre outros.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 23/08/2023

ELETROBRAS ESTUDA FAZER A INTEGRAÇÃO DE SUAS OPERAÇÕES COM AS DE FURNAS

A incorporação da subsidiária tem como objetivo simplificar a estrutura societária e de governança da companhia

A Eletrobras avalia fazer uma integração de suas operações com as de sua subsidiária Furnas, segundo comunicado divulgado pela companhia na terça-feira.

O objetivo é avançar na simplificação da estrutura societária e de governança da Eletrobras, conforme prevê o plano estratégico da empresa.

De acordo com o comunicado, a companhia deu início a estudos preliminares para examinar essa possível integração.

Furnas é uma subsidiária integral da Eletrobras, com operações em geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, atuando em 15 estados do país, além do Distrito Federal. Entre seus ativos estão mais de 20 usinas hidrelétricas.

Outras subsidiárias da Eletrobras são CGT Eletrosul, Eletronorte, Chesf e Eletropar.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 23/08/2023

COMISSÃO DO SENADO VOTA NESTA QUARTA O PL DO CARF, QUE PODE RENDER ATÉ R\$ 50 BI PARA O GOVERNO FEDERAL

Projeto que dá ganhos à União em casos de empate no tribunal do Conselho

Por O Globo — Brasília



Otto Alencar — Foto: Reprodução

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, vota nesta quarta-feira o relatório do senador Otto Alencar (PSD-BA) sobre o projeto que lei que restabelece o chamado "voto de qualidade" a favor do governo federal no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Ou seja, em caso de empate, a vitória ficará com a União.

A previsão é que a sessão tenha início às 13h. Alencar apresentou voto a favor do texto que já foi aprovado na Câmara. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, encara esse projeto como parte de sua agenda prioritária para recuperar as contas públicas, com potencial de arrecadação de até R\$ 50 bilhões por ano.

A versão aprovada na Câmara manteve o voto favorável ao governo quando houver empate nas decisões do tribunal administrativo que julga causas tributárias. Desde 2020, o empate entre os julgadores beneficia o contribuinte.

Tido como prioritário, o tema chegou ao Congresso como projeto de lei enviado pelo Executivo com urgência constitucional.

Na Câmara, o relator, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), acolheu um acordo entre o governo e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que exclui as multas e juros cobrados dos contribuintes quando o julgamento for favorável ao Fisco pelo voto de qualidade.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/08/2023

CCR E TIM FAZEM PARCERIA PARA LEVAR 4G A TRECHOS DA VIA DUTRA E DA RIO-SANTOS

Conexão estará disponível para clientes de todas as operadoras. Objetivo é acabar com 'zonas de sombra de cobertura' e facilitar acesso a serviços de emergência

Por Caroline Nunes — Rio



CCR e TIM fazem parceria para levar 4G a trechos da Via Dutra (foto) e da Rio-Santos — Foto: Fabiano Rocha/Agência O Globo

A concessionária CCR e a TIM fecharam uma parceria para levar internet 4G para trechos da Via Dutra e da Rio-Santos para os clientes de todas as operadoras. O acordo vai oferecer cobertura da tecnologia de quarta geração por mais de 600 quilômetros do maior eixo rodoviário do país.

Na Via Dutra (BR-116), a instalação de antenas e melhora na cobertura acontecerá no trecho entre São Paulo e Seropédica; já na Rio-Santos (BR-101), entre Ubatuba (SP) e a capital fluminense, incluindo Seropédica. Além das rodovias, a parceria prevê benefícios às regiões metropolitanas de São Paulo e Rio, Vale do Paraíba, litoral norte paulista, Sul Fluminense, Costa Verde e Zona Oeste do Rio.

A implementação do projeto deve começar ainda em 2023, com conclusão prevista para 2025. Mas a melhoria será sentida antes, diz a operadora.

— Dentro de um ano, todos sentirão mudanças significativas na Via Dutra e na Rio-Santos, que se tornarão as rodovias mais digitais do Brasil — comenta o diretor de Soluções Corporativas da TIM, Paulo Humberto Gouvea.

De acordo com a CCR, há cerca de 5% de trechos não contínuos sem cobertura na Via Dutra. Na Rio-Santos, esse percentual chega a 20%, diz a concessionária, devido às características da região, como relevo e vegetação.

— Ambas as rodovias possuem trechos sem cobertura, popularmente conhecidas como “zonas de sombra de cobertura”. Após a conclusão do projeto de 4G/LTE, 100% de ambos os trechos concedidos à CCR RioSP serão cobertos e com conectividade plena — afirma o gerente de Novos Negócios em Tecnologia da CCR RioSP, Guilherme Valentino.

A CCR informou que, para implementar a infraestrutura de comunicação, está investindo aproximadamente R\$ 15 milhões. Segundo a TIM, serão instaladas 34 antenas nesses trechos, distribuídas de forma a garantir “cobertura 4G contínua e de qualidade a longo de toda a rodovia”, diz Gouvea.

Com implementação do 4G, quem passar pelas duas rodovias deverá conseguir acessar serviços de emergências médicas e mecânicas pelo aplicativo da concessionária, acessar as câmeras da Via Dutra e ter informações sobre o tráfego em tempo real, mesmo que o pacote de dados esteja esgotado ou em áreas sem sinal de internet.

A TIM já tem parcerias semelhantes em outras rodovias e regiões do país, chegando a 3 mil quilômetros de cobertura. Junto com a Eco Rodovias, já implementou o sinal 4G em 850 quilômetros das rodovias BR-153, BR-080 e BR- 414, todas administradas pela Ecovias do Araguaia, entre Goiás e Tocantins.

O contrato com o grupo Way Brasil quer oferecer o 4G para as rodovias MS-112, BR-158, BR-436 e MS-306, no Mato Grosso do Sul.

— Expandir a cobertura 4G nas estradas brasileiras faz parte de um projeto prioritário da operadora, a inclusão digital. Mais do que oferecer conectividade a motoristas e passageiros, estamos ligando os municípios no entorno das rodovias e promovendo uma verdadeira inclusão digital — explica Gouvea.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 23/08/2023

ARCABOUÇO FISCAL: SAIBA O QUE FICOU DE FORA DO NOVO LIMITE DE GASTOS

Veja quais despesas não serão regidas pelas regras fiscais aprovadas pela Câmara
Por Victoria Abel — Brasília



Plenário da Câmara dos Deputados durante votação — Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

serviços públicos.

O texto do arcabouço fiscal aprovado pela Câmara dos Deputados nesta terça-feira deixa de fora do novo limite de gastos 4 tipos de despesas: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FDF); transferências de recursos de concessões e vendas a estados e municípios; precatórios usados pelo credor para quitar débitos de

A exclusão do Fundeb e do Fundo do DF foi sugerida pelo Senado, quando o texto passou pelo plenário da Casa vizinha. O relator do arcabouço fiscal na Câmara, Claudio Cajado (PP-BA), aceitou as mudanças depois de semanas de negociações com os líderes partidários.

As transferências de recursos e os precatórios usados por credores já estavam fora da regra fiscal, desde a primeira aprovação da Câmara.

A nova regra fiscal prevê que o crescimento real de despesas, acima da inflação, irá variar entre 0,6% e 2,5% todos os anos, a depender do aumento da arrecadação. Na prática, esses gastos que ficam fora do limite fiscal não precisam seguir os parâmetros citados, crescendo livremente.

Despesas de fora da nova regra fiscal aprovada na terça-feira:

- Fundeb;
- Fundo do Distrito Federal;



- transferências legais a estados e municípios de parte da outorga pela concessão de florestas federais ou venda de imóveis federais em ocupação localizados em seus territórios;
- despesas com a quitação de precatórios usados pelo credor para quitar débitos ou pagar outorgas de serviços públicos licitados;

Outros gastos já estavam excluídos do antigo teto de gastos e permanecem fora do limite:

- transferências constitucionais e legais a estados e municípios e ao Distrito Federal, como as de tributos;
- créditos extraordinários para despesas urgentes, como calamidade pública;
- despesas bancadas por doações, como as do Fundo Amazônia ou obtidas por universidades, e por recursos obtidos em razão de acordos judiciais ou extrajudiciais relativos a desastres de qualquer tipo;
- despesas custeadas com receitas próprias ou convênios obtidas pelas universidades públicas federais, empresas públicas da União que administram hospitais universitários, pelas instituições federais de educação, ciência e tecnologia, vinculadas ao Ministério da Educação, estabelecimentos militares federais e demais instituições científicas, tecnológicas e de inovação;
- despesas da União com obras e serviços de engenharia custeadas com recursos transferidos por estados e municípios, a exemplo de obras realizadas pelo batalhão de engenharia do Exército em rodovias administradas por esses governos;
- pagamento de precatórios com deságio aceito pelo credor;
- parcelamento de precatórios obtidos por estados e municípios relativos a repasses do Fundef;
- despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/08/2023

ARCABOUÇO FISCAL: MESMO COM MINISTÉRIO, UNIÃO BRASIL DÁ SETE VOTOS A MENOS AO GOVERNO. VEJA COMO VOTOU CADA PARTIDO

Em comparação com a primeira votação do regime fiscal, União e PP tiveram queda de deputados favoráveis

Por Victoria Abel — Brasília

O governo Lula ainda não viu o aumento de votos favoráveis de partidos do Centrão na aprovação do arcabouço fiscal nesta terça-feira na Câmara. Com uma mudança recente de ministro na Esplanada dos Ministérios, o União Brasil entregou 7 votos a menos do que na primeira votação do regime fiscal na Câmara dos Deputados. O PP apresentou 5 votos a menos. Já o Republicanos teve apenas 1 voto favorável a mais.

A primeira aprovação do arcabouço fiscal na Câmara ocorreu no dia 23 de maio.

- União Brasil: 50 votos sim na primeira votação x 43 votos sim na segunda votação
- PP: 39 votos sim na primeira votação x 34 votos sim na segunda votação
- Republicanos: 34 votos sim na primeira votação x 35 votos sim na segunda votação

PP e Republicanos estão na lista de espera de Lula para ocuparem cargos em ministérios. O presidente deve anunciar as mudanças na volta da viagem à África. O União Brasil, porém, conseguiu colocar o deputado licenciado Celso Sabino no Ministério do Turismo no início de agosto.

Veja como cada partido votou no parecer do relator Claudio Cajado (PP-BA), que deixou despesas do Fundeb e do Fundo do DF fora do limite fiscal:

- Avante: 5 votos sim
- Cidadania: 2 votos sim
- MDB: 30 votos sim, 4 votos não
- Novo: 3 votos não
- Patriota: 2 votos sim, 1 voto não

- PCdoB: 7 votos sim
- PDT: 15 votos sim
- PL: 21 votos sim, 68 votos não
- Podemos: 12 votos sim, 3 votos não
- PP: 34 votos sim, 1 voto não
- PSB: 14 votos sim
- PSD: 33 votos sim, 2 votos não
- PSDB: 11 votos sim, 3 votos não
- PSOL: 12 votos sim
- PT: 62 votos sim
- PV: 6 votos sim
- Rede: 1 voto sim
- Republicanos: 35 votos sim
- Solidariedade: 4 votos sim
- União: 43 votos sim, 7 votos não

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 23/08/2023

CÂMARA APROVA REAJUSTE DE 9% PARA SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Lei também cria mais uma diretoria na Codevasf, votação foi simbólica

Por *Victoria Abel — Brasília*



O plenário da Câmara dos Deputados — Foto: Pablo Valadares/Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou um reajuste salarial para servidores públicos federais de 9%, incluindo aposentados e pensionistas. O benefício já tinha sido concedido em maio deste ano, por meio de Medida Provisória do governo Lula.

— Consideramos conveniente e oportuna a matéria, em razão da necessidade de reajustar a remuneração dos servidores do Poder Executivo federal, como forma de resgatar o poder aquisitivo suprimido em razão da elevação no custo de vida — disse a relatora do projeto, Alice Portugal (PCdoB-BA).

Um trecho polêmico foi retirado do texto em acordo com a oposição, o que previa um aumento na margem para empréstimos consignados de servidores de 35% para 45%. O tema deve ser tratado em um projeto de lei separado.

— Foi retirada do texto qualquer menção ao empréstimo consignado — esclareceu a relatora.

O deputado Rogério Correia (PT-MG) destacou ainda que os servidores estavam há um tempo com os salários defasados.

— Há seis anos não havia reajuste para os servidores.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 23/08/2023

ENTIDADES PATRONAIS REJEITAM NOVA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, ACORDO É NECESSÁRIO PARA PROJETO IR AO CONGRESSO

Proposta costurada entre Ministério do Trabalho e centrais sindicais prevê teto de 1% da remuneração anual de todos os trabalhadores a ser descontado nas negociações coletivas

Por Victoria Abel e Geralda Doca — Brasília



Lula e o ministro do Trabalho, Luiz Marinho — Foto: Douglas Magno/AFP

As entidades representativas dos empregadores rejeitaram a criação de uma taxa vinculada diretamente aos reajustes salariais, com o limite de até 1% da remuneração anual do trabalhador a favor dos sindicatos de trabalhadores. A decisão foi tomada nesta terça-feira durante reunião entre as centrais sindicais e entidades patronais.

Conforme revelou o GLOBO, a medida faz parte do plano do ministro do Trabalho, Luiz Marinho e das próprias centrais em trazer de volta o imposto sindical obrigatório, em novos termos: ser pago por todos os trabalhadores que forem beneficiados por reajustes salariais, com a mediação do sindicato da categoria.

Participaram, por exemplo, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e Confederação Nacional da Indústria (CNI). As confederações ainda não apresentaram uma contraproposta, mas uma nova reunião deve ocorrer no próximo dia 5 de setembro. O governo só deve enviar ao Congresso uma proposta acordada entre patrões e empregados

- A orientação do presidente Lula é que o projeto só vá ao Congresso quando houver acordo. Como não houve acordo nesta terça, as conversas vão seguir, o que deve levar mais algum tempo - disse o presidente da UGT, Ricardo Patah.

As discussões começaram em abril e resultaram na elaboração de uma minuta de projeto com uma contribuição limitada a de 1% da remuneração anual dos trabalhadores. A taxa supera três dias de trabalho se for comparado ao imposto sindical, extinto com a reforma trabalhista, em vigor desde 2017.

O valor seria aprovado pela assembleia por maioria. O trabalhador perderia o direito de se opor individualmente à cobrança, o que hoje pode ser feito em uma carta à entidade.

Marinho vinha pressionando as partes para fechar um acordo a fim de apresentar a proposta ao presidente Luiz Inácio da Silva no final deste mês. A estratégia era encaminhar o projeto a Congresso em setembro.

Mas diante da reação negativa de vários setores da sociedade, o projeto deve ficar em banho-maria, segundo interlocutores do Planalto. A equipe econômica teme que a discussão contamine a pauta econômica no Congresso, como arcabouço fiscal e reforma tributária.

Contudo, o governo não vai desistir da proposta porque será pressionado pelas centrais e pelo Sindicato dos Bancários. Quando o cenário político for mais favorável, o tema virá a tona novamente, disse a fonte.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/08/2023

TREM BALA RIO-SP 'É CARO' E ESTÁ FORA DO RADAR DO GOVERNO, DIZ RENAN FILHO

Projeto de composição ultrarrápida ficou de fora do novo PAC; segundo ministro dos Transportes, aportes públicos ao projeto não devem acontecer 'no curto prazo'

Por Juliana Causin — São Paulo



Em São Paulo ministro dos Transportes, Renan Filho, disse que prazo para trem bala sair do papel dependerá de setor privado — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

A viabilização do trem bala entre São Paulo e Rio de Janeiro vai depender de investimentos privados e não está entre as prioridades do governo federal no curto prazo, indicou o ministro dos Transportes, Renan Filho, nesta segunda-feira, em São Paulo. O projeto, que chegou a ser uma bandeira do governo de Dilma Rousseff, ficou de fora do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) apresentado este mês pelo presidente Lula.

— O trem bala não entrou no Novo PAC. Ele teve autorização para receber investimento privado. O prazo (para o projeto sair) depende da decisão privada — disse o ministro a jornalistas, durante evento com empresários do agronegócio e do setor de infraestrutura na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Renan Filho acrescentou que a obra "é muito cara", na casa dos R\$ 50 bilhões, e que por isso o governo tomou a decisão de não incluí-la no novo PAC. Ao todo, o programa irá destinar R\$ 280 bilhões para investimentos em transportes, incluindo ferrovias e rodovias.

— Como, em um cenário de restrição, optar por uma obra muito cara? — perguntou o ministro. Se for um investimento privado, aí ele é muito relevante. Tem um autorização e agora ele precisa ser levado adiante com sustentação econômico-financeira à luz da tomada de decisões dos investidores privados.

Em fevereiro deste ano, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou um pedido de construção e exploração da linha de alta velocidade ligando a cidade do Rio de Janeiro a São Paulo. O pedido foi feito pela TAV Brasil Empresa Brasileira de Trens de Alta Velocidade.

Só com tarifa, trem bala 'não é viável'

O próprio ministro, no entanto, admitiu que o trem pode ser inviável sem recursos públicos. Ao ser questionado sobre o tema durante conversa com representantes do setor de infraestrutura, ele afirmou que "um investimento dessa magnitude não é viável somente com o pagamento de tarifa de trem". Renan Filho deu exemplos de trens ultra rápidos de outros países e disse que nenhum deles é "feito só com investimento privado".

— Se houver investidor que esteja disposto a fazer a obra, podemos discutir. Mas o governo não deseja, no momento de restrição de recursos, fazer isso no curto prazo. Isso não significa que se furtará de fazer (aporte público) se eventualmente houver investidores. — afirmou Renan Filho — O mundo inteiro faz investimentos públicos (para ter trens rápidos de transporte de passageiros).

PEC para privatização: Ações de Cemig e Copasa fecham em alta após governo protocolar projeto Além dos R\$ 280 bilhões de investimento em transportes previstos no PAC, o ministro voltou a falar que trabalha na apresentação de um Plano Nacional Ferroviário. Nesta terça-feira, ele explicou que a proposta deve incluir investimentos no transporte ferroviário para pessoas. Ele não indicou, no entanto, que o trem bala entre Rio e São Paulo estará incluído.

— Nós temos seis projetos elencados de transporte rodoviário para pessoas — afirmou o ministro, sem citar quais são os projetos estudados pela pasta.

O ministro também não informou quando o Plano deve ser concluído, e disse que a pasta agora trabalha para entender a origem orçamentária para o pacote. Segundo ele, a proposta irá incluir a regulamentação do transporte de passageiros por via férrea. Em entrevista ao Roda Viva, nesta segunda-feira, Renan Filho afirmou que o Plano seria incluído no novo PAC.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/08/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

POLÍCIA FEDERAL ABRE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR SE APAGÃO NO PAÍS FOI ATO DE 'SABOTAGEM'

Queda de energia registrada na semana passada atingiu 25 Estados e o Distrito Federal
Por Marlla Sabino

Brasília - A Polícia Federal abriu inquérito policial nessa terça-feira, 22, para apurar as causas do apagão que deixou grande parte do País sem energia elétrica na última semana. A investigação, de acordo com a PF, corre em sigilo e "apura os crimes de sabotagem e atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública."



A medida foi solicitada pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que anunciou na semana passada que pediria a atuação da PF no caso. O ministro chegou a se reunir com o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, um dia após a ocorrência.

Ministro de Minas e Energia defendeu a entrada da PF na apuração das causas do apagão Foto: WILTON JUNIOR

Ao comentar o assunto na semana passada, o ministro defendeu a participação ativa da Polícia Federal, uma vez que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) não havia conseguido apontar uma falha técnica que pudesse causar um evento com a dimensão que teve a falha de energia no País.

O apagão, que atingiu 25 Estados e o Distrito Federal, aconteceu após uma falha em uma linha de transmissão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, a Chesf, subsidiária da Eletrobras, no Ceará. O ONS ainda apura os eventos que aconteceram em seguida. O ministro e órgãos setoriais ressaltaram diversas vezes que nenhuma possibilidade que levou à ocorrência está descartada.

O ONS já informou que a definição das causas do apagão só devem mesmo ser conhecidas em outubro. O Relatório de Análise de Perturbação (RAP), a ser concluído em até 45 dias úteis, conforme previsto em normativo da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), deverá conter uma avaliação detalhada da ocorrência, da causa raiz, sequência de eventos, desempenho das proteções, dentre outras informações. Também deve incluir recomendações e providências.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 23/08/2023

ARCABOUÇO FISCAL: EXCEÇÕES MANTIDAS NA CÂMARA DIMINUEM QUALIDADE DA NOVA REGRA, DIZ CITI

Para economista da XP, é pouco provável que o arcabouço seja suficiente para o ajuste fiscal buscado, e será preciso avançar no controle das despesas

Por Daniel Tozzi Mendes e Mateus Fagundes

São Paulo - Na avaliação do Banco Citi, a decisão da Câmara dos Deputados de manter de fora do novo arcabouço fiscal o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) "diminuem marginalmente" a qualidade da nova regra fiscal.

As exceções do Fundeb e do FCDF no arcabouço haviam sido incluídas no projeto pelo Senado, e foram mantidas na votação da Câmara, que aconteceu ontem e aprovou a medida que cria a nova regra fiscal, em substituição ao teto de gastos criado no governo de Michel Temer. O novo arcabouço segue agora para sanção do presidente Lula (PT).

“De modo geral, manteve-se o desenho original do Projeto de Lei”, disse o Citi, em relatório. “Olhando para o futuro, a aprovação do novo quadro fiscal lança as bases para a aprovação da Lei Orçamentária de 2024, que deve ocorrer nas próximas semanas.”

Dificuldade com o ajuste fiscal

O economista Tiago Sbardelotto, da XP, por sua vez, avaliou que, mesmo considerando que a versão final do arcabouço aprovada pela Câmara é um avanço em relação ao desenho inicial feito pelo governo, é “pouco provável” que o ajuste fiscal se dê pela via da nova regra de gastos.

Isso por conta de questões como o baixo crescimento potencial do Brasil, a resistência política à elevação de tributos e a incerteza inerente às medidas de aumento de arrecadação. “Assim, avaliamos que o governo precisará avançar também na agenda de controle de despesas para completar o ajuste fiscal”, disse Sbardelotto, em relatório. “Permanecemos com uma visão menos otimista em relação à capacidade da regra em realizar o ajuste fiscal necessário para estabilizar a dívida pública.”



Fundeb ficou de fora do limite de gastos do novo arcabouço fiscal
Foto: Wilton Junior/Estadão

Considerando os quatro pontos em debate pela Câmara, que haviam sido modificados pelo Senado, Sbardelotto pontuou que dois trouxeram mudanças positivas e outros dois, levemente negativas.

Do lado positivo, o economista citou a rejeição da Câmara à retirada dos gastos com Ciência, Tecnologia e Inovação do limite de despesas e também a rejeição à possibilidade de que o governo incluísse no orçamento programações de despesas primárias, condicionadas à aprovação de crédito adicional pelo Congresso Nacional.

Pelo lado negativo, Sbardelotto citou, assim como o Citi, as manutenções do Fundeb e do Fundo Constitucional do Distrito Federal fora do limite de despesas. “Ao fim, entendemos que a versão do arcabouço fiscal aprovada no Congresso representou um avanço em relação à proposta inicial do governo”, disse.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 23/08/2023

NOVO MARCO FISCAL É FUNDAMENTAL PARA CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL, DIZ PRESIDENTE DA FEBRABAN

Isaac Sidney elogia atuação conjunta entre a Câmara e o Senado para a aprovação rápida do texto
Por Matheus Piovesana

Após a aprovação do novo marco fiscal pela Câmara dos Deputados, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, afirmou que o novo arcabouço é fundamental para que o País cresça de forma sustentável. Ele elogiou ainda a atuação conjunta entre as Casas do Congresso que permitiu a aprovação rápida do texto.



“O cenário desafiador para o equilíbrio orçamentário reclama do País um novo marco fiscal como um passo fundamental para que a economia brasileira possa ter crescimento sustentável, ao



buscar um horizonte de estabilidade da dívida, definir regras mais rigorosas para a gestão das finanças públicas, e que se mostrem mais críveis em sua execução”, diz Sidney, em nota enviada à imprensa.

Câmara aprovou o texto do arcabouço enviado pelo Senado na noite desta terça-feira Foto: WILTON JUNIOR / ESTADÃO

Ministério da Fazenda, permitiram a construção do texto aprovado hoje. O texto segue agora para sanção pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/08/2023

NOVA REGRA TEM PROBLEMAS, MAS DEMONSTRA PREOCUPAÇÃO COM A RESPONSABILIDADE FISCAL

Dado o desejo de ter seu próprio teto de gastos, o governo entregou um mecanismo que estabelece critérios e limites para as despesas

Por Henrique Meirelles - EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

Falei aqui há um mês que prefiro trabalhar com a realidade a dar ouvido a discursos políticos. Apesar de algumas declarações truncadas ou mais voltadas ao gosto do PT feitas pelo presidente Lula, o novo arcabouço fiscal foi aprovado pela Câmara na semana passada e será também pelo Senado. Dado o desejo de ter seu próprio teto de gastos, o governo entregou um mecanismo que estabelece critérios e limites para as despesas.

Da forma como foi aprovado na Câmara, o texto tem suas complicações. A meu ver, a regra para o limite do crescimento dos gastos em 2024 é confusa. Permite ao governo gastar mais no primeiro ano, ao enviar o Orçamento do ano que vem com o crescimento das despesas em 70% da variação da receita nos 12 meses até junho deste ano. Mas permite que, em maio de 2024, o governo abra espaço para mais despesas com base em uma projeção da receita. Se o fato não se concretizar, o governo terá de devolver dinheiro em 2025.

Vejo dois problemas neste ponto. Em primeiro lugar, a regra confirma a ânsia do Estado brasileiro de sempre buscar formas de gastar mais. Em segundo lugar, por princípio, regras complexas servem apenas para abrir brechas a interpretações criativas do texto que levarão a mais gastos. É um clássico nacional.

Uma das principais vantagens do teto de gastos era sua simplicidade: o limite para a despesa do ano seguinte era corrigido pela inflação, o IPCA, acumulada nos 12 meses anteriores até junho. Acabou. Talvez por isso o teto de gastos passou a ser considerado um problema: era difícil de burlar. Quando governos fizeram isso, o drible foi percebido com facilidade.

Um ponto positivo do texto é a emenda que proíbe o governo de excluir gastos da meta de superávit primário para melhorar os resultados. Práticas como essa foram usadas no Brasil desde a década de 1970, com o expurgo da inflação, e mais recentemente no governo Dilma, que levou à crise de 2016. Usar artifícios para cumprir metas é tão ineficiente como fingir que um problema não existe e acreditar que não haverá consequências.

O arcabouço fiscal tem problemas — a Instituição Fiscal Independente, do Senado, afirma em relatório que a complexidade pode complicar o cumprimento de suas regras no futuro. Mas, com sua concretização, o País demonstra ter preocupação com a responsabilidade fiscal e com o crescimento da dívida pública, algo muitas vezes deixado de lado. É um sinal positivo para o mercado e para investidores. Mais uma vez fica claro o que eu digo: não se deve perder tempo com falatório, e sim prestar atenção ao que está sendo feito efetivamente.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/08/2023



POR QUE AS EMPRESAS DE TECNOLOGIA ESTÃO ABANDONANDO O HOME OFFICE?

Google, Apple e até Zoom pedem que funcionários voltem para escritórios de forma integral
Por Amanda Graciano - EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

Desde o início de 2023, estamos vendo gigantes da tecnologia como Google, Apple, Twitter (agora X), IBM e, mais recentemente, Zoom pedindo que seus colaboradores voltem para os escritórios de forma integral.

É curioso, pois, em tempos recentes, o trabalho remoto foi aclamado como a grande revolução do ambiente corporativo moderno. As promessas de flexibilidade, equilíbrio entre vida profissional e pessoal e acesso a talentos globais fizeram com que muitas empresas adotassem esse modelo com entusiasmo. No entanto, as marés parecem estar mudando. E já se fala em “adeus ao trabalho remoto”.

A comunicação, que é a espinha dorsal de qualquer organização, tem enfrentado obstáculos quando as interações face a face são substituídas por chamadas de vídeo e mensagens instantâneas. Por mais avançadas que sejam as ferramentas virtuais, elas nem sempre conseguem capturar a nuance e a riqueza da comunicação presencial.

Muitas vezes o coração e alma de uma organização, a cultura empresarial pode estar diluída em um ambiente remoto. A sensação de pertencer, de estar engajado e conectado à missão da empresa, pode se perder quando os funcionários estão dispersos geograficamente.

Mas é bem possível que o desafio mais tangível seja a segurança da informação. Com funcionários acessando sistemas e dados críticos de diferentes locais e dispositivos, garantir a integridade e a segurança dessas informações se tornou uma tarefa hercúlea.

Então, por que algumas das maiores empresas de tecnologia, que foram pioneiras no trabalho remoto, estão agora fazendo uma pausa ou até revertendo suas políticas?

As gigantes da tecnologia estão sinalizando que o futuro pode não ser totalmente remoto, mas sim um equilíbrio entre o virtual e o físico

A resposta pode residir na própria natureza da indústria tecnológica. Empresas como Apple e Google prosperam com inovação - aquela faísca criativa que muitas vezes surge de discussões espontâneas no corredor ou brainstormings improvisados. A proximidade física pode, em muitos casos, acelerar esse processo criativo.

Além disso, para reter e atrair os melhores talentos, é essencial oferecer opções. Enquanto alguns podem prosperar em um ambiente remoto, outros podem ansiar pela estrutura, socialização e separação clara entre trabalho e casa que um escritório oferece.

É inegável que o trabalho remoto trouxe uma transformação sem precedentes para o mundo corporativo, mas também trouxe consigo desafios inesperados.

As gigantes da tecnologia, ao reavaliar suas políticas, estão sinalizando que o futuro pode não ser totalmente remoto, mas sim um equilíbrio entre o virtual e o físico. E, como sempre, a chave será se adaptar e evoluir de acordo com as necessidades em constante mudança do mundo dos negócios.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 23/08/2023

VALOR ECONÔMICO (SP)

PARCERIA CONTRIBUI PARA TIRAR CAMINHÃO VELHO DAS ESTRADAS

Gerdau, VW Caminhões e Ônibus e o grupo Vamos firmaram aliança para comprar e reciclar 140 veículos com mais de 20 anos de uso

Por Ivo Ribeiro e Marli Olmos — De São Paulo



Gustavo Couto, CEO da Vamos: programa de renovação de frota acima de 20 anos tem lados econômico, social e ambiental — Foto: Divulgação

Com o objetivo de retirar das ruas e rodovias caminhões com mais de 20 anos de uso, a siderúrgica Gerdau, o grupo de varejo e locação Vamos e a montadora Volkswagen Caminhões e Ônibus lançaram ontem (22) uma parceria que aproveita o programa federal de incentivos fiscais para vender veículos novos com desconto e transformar os velhos em sucata.

Os parceiros conseguiram juntar 140 caminhões que, em média, rodam no país há 36 anos. Depois de comprados, de caminhoneiros autônomos, na maioria, pela Vamos, é feito o processo de baixa na documentação dos veículos nos órgãos de trânsito.

Os caminhões seguem, então, para reciclagem em duas siderúrgicas da Gerdau - Araçariguama, a 60 quilômetros de São Paulo, e São Caetano do Sul, na região metropolitana da capital. A partir daí, a Vamos estará apta a comprar da Volks veículos novos com desconto oferecido pelo programa de incentivos fiscais. O abatimento vai de R\$ 33 mil a R\$ 80 mil, dependendo do tamanho do caminhão.

“Para a Gerdau, a parceria é importante porque nos garante uma fonte segura de compra de sucata de aço a preços de mercado”, afirma Rubens Pereira, vice-presidente da Unidade de Negócios Brasil (aços longos e planos e mineração) mais Uruguai e Argentina. Ele destaca o fato de o processo envolver economia circular. O aço reciclado vira vergalhões e aço para produzir bielas, virabrequins, comando de válvulas e outros componentes, que podem ser usados na fabricação de novos caminhões e ônibus.

A Gerdau obtém 73% da matéria-prima que consome com a reciclagem de diversos tipos de sucata de aço. Por ano, a empresa recicla 11 milhões de toneladas. Cada tonelada reciclada, reduz 1,5 tonelada de geração de CO₂”, diz Pereira. A siderúrgica tem megaequipamentos especiais para triturar sucata, conhecidos como Shredders. Segundo ele, a empresa está apta a reciclar 250 mil veículos por ano.

Para Gustavo Couto, presidente da Vamos - que faz locação de caminhões, máquinas agrícolas e empilhadeiras e tem 18 concessionárias -, o programa atende os lados econômico, social e ambiental. No aspecto social, diz o executivo, caminhões mais antigos recebem os menores fretes para as cargas e o veículo está mais propenso a quebrar. A empresa constatou esses problemas quando desenvolveu em 2021 um programa próprio, que custou R\$ 2,4 milhões, comprando 50 caminhões.

Segundo ele, uma das dificuldades é a regularização perante os órgãos de trânsito. O veículo que vai virar sucata tem de estar em dia com IPVA, licenciamento e outras taxas, tudo quitado.



O programa de incentivos para veículos pesados deveria “ser perene” para poder dar conta da renovação da frota envelhecida, diz o presidente da Volkswagen Caminhões e Ônibus, Roberto Cortes.

Segundo estudo do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes (Sindipeças) sobre a frota brasileira, dos 2,162 milhões de caminhões que rodam no país, quase a metade (48,4%) tem entre seis e 15 anos e 28,7% circulam nas ruas e estradas há 16 anos ou mais.

Chamou a atenção de Cortes que, na busca pelos veículos que começam a ser sucateados, na aliança entre Gerdau, Vamos e Volks, foi encontrado em pleno Porto de Santos, o maior do país, um caminhão de 53 anos, que opera no transporte de mercadorias entre os armazéns. Esse é o mais velho dos 140 veículos que têm, em média, 36 anos. Segundo Cortes, a idade de um caminhão “economicamente viável” gira em torno de cinco a sete anos.

Também preocupa o executivo as dificuldades para financiamento. “Precisaríamos ter o Finame de antigamente, que oferecia linhas com taxas entre oito e dez pontos mais baixas que o mercado; hoje estamos com uma diferença de 1,5 ponto”, destaca.

Cortes também defende linhas especiais para caminhões usados para que o caminhoneiro que possui o veículo que vai ser sucateado tenha acesso a crédito para a compra do seminovo e, assim, conseguir subir a escada”.

No início de junho, o governo federal liberou incentivos fiscais para a compra de carros, caminhões e ônibus com descontos. Os recursos, que somaram R\$ 1,8 bilhão, foram obtidos por meio da reoneração do diesel. No caso dos carros, o total de R\$ 800 milhões esgotou-se em menos de um mês.

Já o programa voltado aos caminhões, envolvendo R\$ 700 milhões, não decolou porque para receber o benefício no zero-quilômetro, o dono de um veículo com mais de 20 anos tinha que entregar o velho para a sucata.

Reconhecendo que o motorista autônomo não conseguiria dar esse salto, o governo mudou a regra. Dispensou a necessidade de o dono do veículo sucateado ser o mesmo atendido no programa para a compra de um novo.

Os incentivos fiscais chegaram num momento de crise na indústria de caminhões. O volume de vendas em julho foi 27,6% menor do que no mesmo mês de 2022. A demanda está em queda desde o início do ano como resultado da nova lei de emissões, conhecida por Euro 6. Os caminhões da nova linha ficaram 15% mais caros por conter mais equipamentos. Por isso, muitos frotistas anteciparam as compras em 2022.

Na fábrica da Volkswagen Caminhões e Ônibus, em Resende (RJ), por exemplo, 30% dos trabalhadores estão com os contratos de trabalho temporariamente suspensos desde maio. O “layoff” vai inicialmente até setembro.

Cortes espera, no entanto, que, junto com outros fatores, como melhores perspectivas de crescimento do PIB e redução dos juros, o programa de incentivos do governo possa ajudar a reverter o quadro. Para ele, a aliança lançada ontem é o “primeiro passo”. “É uma hora boa para começar a fazer a roda girar”, afirma.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/08/2023

PROGRAMA ‘VOA BRASIL’ DEVE SER LANÇADO AINDA NESTE MÊS, DIZ MINISTRO

Por Agência Brasil — Rio de Janeiro

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, disse que o governo mantém o prazo do início do programa Voa Brasil ainda em agosto. O programa tem como objetivo democratizar o acesso a

passagens de avião, com custo estimado em R\$ 200 por trecho voado. O ministro destacou ainda que o programa deve inicialmente beneficiar aposentados e pensionistas.



Marcio França — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

“Voa Brasil está marcado para iniciar no final de agosto”, reiterou o ministro à imprensa. França participou nesta terça-feira (22) da cerimônia de abertura da 17ª edição da Navalshore - Feira e Conferência da Indústria Marítima, no Rio de Janeiro. Pelo programa, o governo ajudaria a gerenciar as passagens ociosas das companhias aéreas sobretudo dos voos fora da alta temporada.

Os beneficiários terão acesso a um aplicativo e poderão comprar até duas passagens por ano, com direito a um acompanhante em cada trecho. “Se [a pessoa] não voou nos últimos 12 meses, ela vai ter direito àquelas quatro passagens. Como é muita gente, vamos começar gradualmente. O primeiro corte seria os aposentados e pensionistas, que já daria um bom número de pessoas. Vamos testar como vai acontecer isso”, afirmou França.

De acordo com o ministro, o programa deverá operar em conjunto com o Ministério do Turismo, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A ideia é que hotéis também ofereçam descontos nos períodos de baixa temporada, para receber os turistas beneficiados pelo programa. Além disso, a ideia é também preparar os aeroportos para receberem um fluxo maior de passageiros. Pelos cálculos do Ministério, serão oferecidas pelo menos 50 mil passagens por mês a R\$ 200.

123Milhas

O ministro comentou também os cancelamentos de passagens anunciados pela empresa 123Milhas. “Estamos conversando com Flávio Dino [Ministro da Justiça e Segurança Pública] e com o Ministério do Turismo para pensar em uma solução”. Em comunicado divulgado sexta-feira (18), a empresa informou que suspendeu a emissão de passagens para embarque previsto entre setembro e dezembro deste ano.

“Acho que proibir não é o caso, mas é o caso de ter alguma regulamentação. Essa é uma atividade de muita responsabilidade. As pessoas mexem o sonho dos outros.”

De acordo com a 123 Milhas, os valores já pagos pelos clientes serão devolvidos em vouchers para compra na plataforma. A Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon) notificou a empresa para que ela preste esclarecimentos. Segundo a secretaria, a empresa deve garantir reembolso que não cause prejuízo aos consumidores e a opção por voucher não deve ser impositiva.

Hidrovias

Na cerimônia de abertura do evento, o ministro destacou o papel das hidrovias para o desenvolvimento do país. “Embora se tenha 17, 18 mil km de hidrovia hoje no país, podíamos ter 45 mil km com facilidade se tivéssemos mais recursos e mais conhecimento e é essa tarefa que estamos fazendo”, disse. Segundo França, as hidrovias são “rodovias do futuro”.

O ministro ressaltou que um dos focos do governo é a Região Norte: “Posso dizer a vocês para ficarem atentos a estaleiros no Norte do país porque vamos ter uma grande injeção de valores e de créditos para a gente mudar aqueles barcos que transportam pessoas no Norte do país, 17, 18 milhões de pessoas são transportadas naqueles barcos e muitos deles são inapropriados.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/08/2023

PROGRAMA DE INCENTIVOS FISCAIS PARA TROCA DE VEÍCULOS PESADOS DEVERIA SER PERENE, DIZ PRESIDENTE DA VW

Segundo Roberto Cortes, a partir da nova regulamentação o programa voltado a ônibus — que recebeu R\$ 300 milhões em incentivos federais —, também tende a receber maior demanda
Por Marli Olmos, Valor — São Paulo



Roberto Cortes (foto de arquivo) — Foto: Silvia Costanti / Valor

O programa de incentivos fiscais do governo federal para a troca de veículos pesados deveria “ser perene” para poder dar conta da renovação da frota envelhecida, afirma o presidente da Volkswagen Caminhões e Ônibus, Roberto Cortes.

Segundo o último estudo do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes (Sindipeças) sobre a frota brasileira, dos 2,162 milhões de caminhões que rodam

no país, quase a metade (48,4%) tem entre seis e 15 anos e 28,7% circulam nas ruas e estradas há 16 anos ou mais.

Chamou a atenção de Cortes que, na busca pelos veículos que começam a ser sucateados, na aliança entre Gerdau, Vamos e Volks, foi encontrado em pleno Porto de Santos, o maior do país, um caminhão de 53 anos, que opera no transporte de mercadorias entre os armazéns.

Esse é o mais velho dos 140 veículos que vão virar sucata e que têm, em média, 36 anos. Segundo Cortes, a idade de um caminhão “economicamente viável” gira em torno de cinco a sete anos.

Também preocupa o executivo as dificuldades para financiamento. “Precisaríamos ter o Finame de antigamente, que oferecia linhas com taxas entre oito e dez pontos mais baixas que o mercado; hoje estamos com uma diferença de 1,5 ponto”, destaca.

Cortes também defende linhas especiais para caminhões usados para que o caminhoneiro que possui o veículo que vai ser sucateado tenha acesso a crédito para a compra do seminovo e, assim, conseguir subir a escada”.

No início de junho, o governo federal liberou incentivos fiscais para a compra de carros, caminhões e ônibus com descontos. Os recursos, que somaram R\$ 1,8 bilhão, foram obtidos por meio da reoneração do diesel. No caso dos carros, o total de R\$ 800 milhões esgotou-se em menos de um mês.

Já o programa voltado aos caminhões, envolvendo R\$ 700 milhões para a compra de veículos com descontos de R\$ 33 mil a R\$ 80 mil, não decolou porque para receber o benefício num modelo zero-quilômetro, o dono de um veículo com mais de 20 anos deveria entregar o velho para a sucata.

Reconhecendo que o motorista autônomo não conseguiria dar esse salto, o governo mudou a regra. Dispensou a necessidade de o dono do veículo sucateado ser o mesmo interessado a usar o programa para a compra de um novo.

Segundo Cortes, a partir da nova regulamentação o programa voltado a ônibus — que recebeu R\$ 300 milhões em incentivos federais —, também tende a receber maior demanda. Nesse caso, o teto é de R\$ 99 mil.

Os incentivos fiscais chegaram num momento de crise na indústria de caminhões. O volume de vendas em julho foi 27,6% menor do que no mesmo mês de 2022. A demanda está em queda desde o início do ano como resultado de uma nova lei de emissões, conhecida por Euro 6. Como os caminhões da nova linha ficaram 15% mais caros, por conta de equipamentos para reduzir emissões, muitos frotistas anteciparam as compras em 2022.

Na fábrica da Volkswagen Caminhões e Ônibus, em Resende (RJ), por exemplo, 30% dos trabalhadores estão com os contratos de trabalho temporariamente suspensos desde maio. O “layoff” vai inicialmente até setembro.

Cortes espera, no entanto, que, junto com outros fatores, como melhores perspectivas de crescimento do PIB e redução dos juros, o programa de incentivos do governo possa ajudar a reverter esse quadro. Para ele, a aliança com a Gerdau e o grupo Vamos representa “um primeiro passo”. “É uma hora boa para começar a fazer a roda girar”, afirma.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/08/2023

DIVISÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL CONTINUA NA MIRA DO GOVERNO PARA REFORMA MINISTERIAL

Principal entrave é resistência do PP em receber pasta sem o programa Bolsa Família

Por Raphael Di Cunto, Valor — Brasília



Wellington Dias é titular do Desenvolvimento Social, ministério cobiçado por partidos na reforma ministerial — Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

Apesar dos acenos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de que manterá o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias (PT), no cargo, deputados do PP continuam a receber informações de ministros palacianos de que a divisão da pasta continua, sim, na mesa e que o presidente viajou para a África com esse fatiamento como principal alternativa.

Também não estaria batido o martelo ainda sobre o espaço do Republicanos.

O principal entrave é o destino do PP na reforma ministerial. A sigla já recebeu a promessa de que poderá indicar a presidente da Caixa Econômica Federal. Estão no páreo a ex-deputada Margarete Coelho (PP-PI), favorita e que conta com apoio do PT, e a secretária de Planejamento do Rio Grande do Sul, Danielle Calazans. Mas pede também um ministério com orçamento robusto para fortalecer seus prefeitos.

O partido queria comandar a Saúde, mas foi vetado por Lula, que preferiu manter Nísia Trindade, de perfil mais técnico. Desde então, o PP passou a mirar o controle do MDS, onde está o Bolsa Família e também um grande volume de emendas parlamentares e verbas próprias para programas governamentais.

O líder do PP, André Fufuca (MA), é o nome indicado pelo partido para ministro, mas até agora não se chegou a uma decisão de qual área. O PT quer emplacá-lo numa área com orçamento menor, como o Ministério da Micro e Pequena Empresa, que seria recriado, ou o da Ciência e Tecnologia, com o deslocamento do PCdoB para outro setor, mas o PP não aceitou.

Lula reuniu-se com Dias na semana passada, em meio as negociações, e o ministro gravou um vídeo em que afirma que o presidente o mandou seguir com o trabalho. O lançamento do programa “Brasil Sem Fome” deve ocorrer no fim do mês no Piauí, Estado que o ministro governou por quatro vezes, num gesto simbólico para o aliado.

Ministros palacianos, contudo, continuam a informar aos deputados do PP que a principal proposta na mesa de Lula para contemplar o partido é a divisão do MDS e que isso não está descartado, embora ele tenha ficado de decidir apenas na próxima semana, quando volta da África. Da parte do PP, as negociações são conduzidas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Dias ficaria com o Bolsa Família e os programas voltados ao combate à fome, enquanto Fufuca comandaria os demais programas sociais do ministério e a liberação das emendas. Outra

possibilidade, menos provável, é Dias voltar ao Senado e o Bolsa Família ficar com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, comandado pela economista Esther Dweck.

A indefinição, segundo fontes do governo, continua inclusive na pasta que o Republicanos ocupará. Ainda não estaria confirmado que o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) assumirá o Ministério dos Portos e Aeroportos no lugar de Márcio França (PSB). Embora essa fosse a hipótese considerada mais provável na sexta-feira, o presidente ainda não bateu o martelo e deve voltar a conversar com a sigla.

O impasse é França perderia um ministério importante para sua base eleitoral, com o comando do Porto de Santos, para o partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), seu adversário. Por isso, há a defesa dentro do governo de que “Silvinho” seja nomeado para o Ministério da Ciência e Tecnologia e a atual ministra, Luciana Santos (PCdoB), seja deslocada para o Ministério das Mulheres ou para o futuro Ministério da Micro e Pequena Empresa.

Outra disputa em aberto é quem comandará a Fundação Nacional da Saúde (Funasa). O governo tentou extinguir a fundação no começo do ano, mas a ideia não foi bem aceita no Congresso e agora a estrutura está sendo remodelada. PSD, União Brasil, Republicanos e PP disputam a presidência do órgão e as chefias nos Estados. O Executivo ainda não deu nenhum indicativo de quem vencerá a briga.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 23/08/2023

STF VALIDA RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO BILIONÁRIA SEM LICITAÇÃO

Medida foi autorizada durante a gestão de João Doria, no governo de São Paulo
Por Joice Bacelo, Valor — São Paulo



Ministro Gilmar Mendes, do STF — Foto: Carlos Moura/SCO/STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou a renovação de um contrato de concessão de transporte público — no valor de R\$ 22,6 bilhões — sem licitação. A medida foi autorizada durante a gestão de João Doria, no governo de São Paulo, e abarca a construção e operação do BRT (ônibus de velocidade rápida) que vai conectar a rede de metrô da capital e as cidades do ABC Paulista.

Essa decisão chama atenção pelo alto valor envolvido, mas, segundo especialistas, não chega a ser uma novidade na Corte. Os ministros se posicionaram a favor do governo federal em julgamento semelhante no ano de 2020. Eles aprovaram, na ocasião, a prorrogação antecipada de contratos de concessão de ferrovias sem a necessidade de licitação.

Ainda assim, dizem os profissionais, a decisão de agora pode servir com um importante precedente para outros Estados e também municípios que estejam enfrentando o mesmo problema.

O caso envolvendo o Estado de São Paulo foi julgado no Plenário Virtual da Corte. Fechou com placar de 8 votos a 3.

Estavam em jogo dois decretos assinados pelo ex-governador João Doria em março de 2021. Esses atos — Decretos n 65.574 e n 65.575 — autorizaram a renovação antecipada do contrato com a Metra Sistema Metropolitano de Transportes, que operava a rede de trólebus do ABC Paulista.



Os decretos permitiram estender a concessão por mais 25 anos e adicionaram a operação da rede de transporte intermunicipal de ônibus das sete cidades do ABC e a construção e operação do BRT-ABC.

O valor do contrato, de R\$ 22,6 bilhões, engloba uma indenização pelo contrato anterior e a previsão de recebimento de tarifas pelo prazo de 25 anos. O BRT será construído com recursos da concessionária.

Esse caso chegou ao STF por meio de uma ação movida pelo Partido Solidariedade — ADI 7048. O partido sustentou que a prestação de serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, deve sempre ocorrer por meio de licitação, que tem como objetivo assegurar “igualdade de condições a todos os concorrentes”.

O Estado, por sua vez, defendeu que a prorrogação mediante contrapartida — como autorizaram os decretos — está prevista na Lei Estadual n 16.933, de 2019, que é inspirada na Lei Federal n 13.448, de 2017 — declarada constitucional quando o STF, em 2020, analisou o caso do governo federal.

Também foram apresentados aos ministros estudos técnicos e financeiros que, segundo o Estado, justificaram o contrato. Esses estudos indicaram que a implantação e operação do BRT-ABC causariam significativos impactos na equação econômico-financeira dos outros serviços de transporte público intermunicipal por ônibus na mesma região.

Indicaram, ainda, inviabilidade em uma licitação autônoma do sistema da área 5 — que foi incluída no contrato da Metra — porque a operação seria deficitária. Segundo consta na petição, o Estado tentou licitar o serviço por cinco vezes desde o ano de 2005 e não apareceram interessados.

Votação

A relatora do caso, ministra Cármen Lúcia, votou contra a validade do contrato. Ela entendeu que as duas novas áreas de concessão implicavam alteração do objeto do contrato e, por esse motivo, deveria haver licitação. Os ministros Edson Fachin e Rosa Weber concordaram.

Prevaleceu, no entanto, o voto do ministro Gilmar Mendes, o primeiro a se manifestar de forma favorável ao contrato. “Pelas razões detalhadas nos pareceres técnicos, parece ser clara a vantajosidade para a administração pública e para a sociedade paulista mediante a assunção de novos investimentos no sistema de transporte”, disse em seu voto.

Sete ministros acompanharam o entendimento: Alexandre de Moraes, André Mendonça, Cristiano Zanin, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Nunes Marques.

“A decisão do Supremo reconhece a constitucionalidade dos decretos estaduais, fundados em estudos técnicos e financeiros que comprovam a economia de recursos orçamentários e a melhoria da qualidade do serviço público à população”, diz Inês Coimbra, procuradora-geral do Estado de São Paulo.

O advogado Henrique Ávila, sócio do escritório Sergio Bermudes, que representa a Metra, afirma que a empresa e o Estado assinaram um contrato aprovado pela procuradoria estadual após longo e detalhado processo administrativo, com todas as contrapartidas previstas em lei e que o STF, agora, atesta que todo o trâmite foi feito nos termos da legislação e da Constituição.

Análise

Especialistas ouvidos pelo Valor afirmam que a renovação antecipada de contrato de concessão — aos moldes do que fez São Paulo — já foi adotada em concessões de geração e transmissão de energia, ferrovias e portos.

“Estamos falando de contratos que lá atrás foram feitos com licitação e que geralmente preveem a possibilidade de renovação. Não é uma burla ao procedimento de licitação”, diz Gilvandro Araújo, do Carneiros Advogados.

Também especialista na área, Luis Fernando Zenid, do DSA Advogados, afirma que normas disciplinam essas renovações.

No caso do Estado de São Paulo, diz, a Lei n 16.933, de 2019, obriga o cumprimento de uma série de requisitos, como a realização de investimentos adicionais e de estudo técnico demonstrando a vantagem da prorrogação em detrimento de uma nova licitação. “Não decorre de mero arbítrio do chefe do executivo”, frisa Zenid.

Já Ronaldo M. Assumpção Filho, do escritório Miguel Neto Advogados, considera que a decisão de agora do STF “fortalece o instituto da prorrogação antecipada e cria um ambiente favorável para esse tipo de arranjo nas parcerias estaduais”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/08/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MPOR VÊ MOMENTO FAVORÁVEL PARA MODULAR EFEITOS DO BR DO MAR

Por Danilo Oliveira ESPECIAL NAVALSHORE 23/08/2023 - 11:13



Arquivo/Divulgação

Diretor de navegação disse que, dentro do espectro político brasileiro, existe parcela que defende liberalização, visão que colocou sob ataque segmentos de cabotagem e apoio marítimo

O diretor de navegação e hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Dino Batista, disse, na última terça-feira (22), que o atual estágio do BR do Mar é importante porque a regulamentação da Lei 14.301/2022 permitirá modular os efeitos do programa de cabotagem e as tentativas de promover alterações na legislação que podem prejudicar a atividade de navegação e a indústria da construção naval. Para o diretor, a melhor alternativa é fazer os ajustes, com a correta adequação, via decreto. Atualmente, o tema está na fase final, em articulação entre o MPor e a Casa Civil, que precisa pesar todos os impactos da política setorial.

“Temos um momento político diferente do que tivemos até o ano passado, principalmente no poder executivo. É o Executivo que tem a competência de fazer a edição deste decreto. Temos hoje um momento interessante de fazer esse debate dentro do poder executivo para modular possíveis impactos que o BR do Mar pode trazer para os diversos segmentos da cabotagem brasileira”, afirmou durante painel da 17ª Navalshore, no Rio de Janeiro.

Batista relatou que, dentro do espectro político brasileiro, ainda existe uma visão bastante presente de que o país não precisa ter empresas de navegação brasileiras, independente dos riscos de exposição ao mercado internacional e de irregularidades na provisão dos serviços. Segundo Batista, essa visão colocou sob ataque os segmentos de cabotagem e o apoio marítimo.

O diretor do MPor avalia que a regulamentação da lei da cabotagem é sensível e pode ter muito impacto na construção naval. Ele considera possível trabalhar a política pública de maneira segregada em relação a cada um dos segmentos de cargas transportadas pela cabotagem (petróleo, contêineres, químicos, cargas de projeto, entre outros).

Batista contou que, desde 2019, as discussões sobre o BR do Mar deixaram claro que existe uma parcela significativa do poder político brasileiro que possui quase aversão ao protecionismo relacionado à construção naval e à navegação. “Há uma visão muito forte — em alguns ambientes é até predominante — de que o Brasil não precisa ter uma indústria naval pujante e pode importar os serviços dessa indústria de fora e não precisa nem ter navegação feita por empresas brasileiras, nem as embarcações sendo construídas pela indústria de construção brasileira”, relatou.

Ele lembrou que, no início da Guerra da Ucrânia, houve preocupação dentro do governo se haveria problemas para importação de fertilizantes, em grandes volumes provenientes da área sob conflito. No entanto, não havia embarcações de bandeira brasileira de longo curso disponíveis para atender a essa demanda. Esse cenário, ressaltou, reflete decisões do passado que trouxeram algumas dificuldades e riscos para o transporte marítimo de produtos devido à falta de uma frota mercante de bandeira nacional.

No caso da cabotagem, Batista observa a existência de interesses, ainda que não fosse majoritário, de a utilização de bandeiras estrangeiras passar a ser regra na navegação brasileira de cabotagem. Segundo o diretor, houve apoios políticos relevantes e de entidades setoriais da navegação e da indústria naval no sentido de arrefecer as tentativas de abertura total da navegação costeira doméstica brasileira. “No BR do Mar, vimos que ou partíamos para ter um protagonismo nessa discussão ou as mudanças seriam feitas, de uma forma ou de outra, sem nossa participação”, ponderou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 23/08/2023

PARCERIAS NA AL PODEM ABRIR CAMINHO PARA AMPLIAR NEGÓCIOS DA TRANSPETRO E INTERNACIONALIZAÇÃO

Por Danilo Oliveira ESPECIAL NAVALSHORE 23/08/2023 - 09:33



Operação Barge to Ship no Amazonas (Divulgação Transpetro)

Orientação da Petrobras é buscar negócios no Brasil e no exterior que não tenham conflito com atividades da holding. Subsidiária mantém conversa para firmar entendimento com estatal do Suriname

A Transpetro avalia parcerias na América Latina que podem ajudar a ampliar os negócios da empresa no exterior. A companhia negocia a assinatura de um memorando de intenções com a Suriname's National Energy, Oil and Gas Company (Staatsolie), estatal do Suriname. O presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, afirmou, na última terça-feira (22), que o objetivo dessa iniciativa é levar a expertise em logística da empresa brasileira e alavancar potenciais parcerias.

A avaliação interna é que a Transpetro é a maior empresa de logística da América Latina e deve aproveitar o know how que possui para buscar novas oportunidades. Bacci contou que a orientação do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, é buscar negócios onde for possível, desde que eles não atrapalhem as atividades da holding. “Estamos apostando em novos negócios para a Transpetro”, resumiu Bacci durante o primeiro dia da 17ª Navalshore, no Rio de Janeiro.

O presidente da Transpetro acrescentou que a companhia pode ser um ator importante para apoiar países que estão se desenvolvendo na questão logística. Bacci acredita que acordos desse tipo podem abrir portas em outros países e regiões, inclusive na Margem Equatorial. “Vamos buscar novos clientes no Brasil ou no exterior. Estamos conversando com representantes da Argentina e da Guiana, entre outros países. E já temos clientes privados para operações ship-to-ship e barge-to-ship”, disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 23/08/2023

NAVALSHORE 2023 DEBATE NOVAS OPORTUNIDADES PARA INDÚSTRIA

Por Danilo Oliveira ESPECIAL NAVALSHORE 23/08/2023 - 00:12

Mesa de abertura do evento. Foto: Humberto Teski (Divulgação Navalshore)



Na abertura do evento, agentes destacaram momento de bons diálogos e apontaram a necessidade de políticas setoriais que estimulem encomendas e aumento do conteúdo local

O primeiro dia da 17ª Navalshore trouxe um cenário de otimismo com a perspectiva de novas frentes de trabalho e desafios que vão desde o fortalecimento do marco regulatório e políticas adequadas de conteúdo local até melhores condições de financiamento, capacitação e um olhar antenado com o processo de transição energética que está em curso no mundo. Na abertura do evento, agentes destacaram o momento de bons diálogos e a necessidade de políticas que estimulem encomendas e um aumento consciente do conteúdo local.

O presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), Ariovaldo Rocha, destacou que novas frentes estão se abrindo e, quando estiverem consolidadas, vão representar oportunidades de crescimento e de desenvolvimento tecnológico para estaleiros e fornecedores.

Para o vice-presidente da Firjan, Raul Sanson, os ânimos da indústria estão renovados com as perspectivas de investimentos para os próximos anos, com expectativa de encomendas e maior participação da indústria nacional.

O presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, reforçou que tornar a indústria mais forte passa por uma política de estado de longo prazo, que inclui linhas de créditos acessíveis, regras adequadas de conteúdo local e encomendas perenes. No evento, Bacci detalhou o programa da Transpetro que pretende encomendar a construção de 25 navios em estaleiros nacionais, com R\$ 12,5 bilhões de investimentos estimados.

O Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima e a Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo avaliam que o país precisa de uma política pública setorial. “O setor quer responder à demanda. O apoio marítimo é essencial na cadeia de O&G e será em qualquer indústria offshore”, disse a vice-presidente executiva do Syndarma/Abeam, Lilian Schaefer.

O ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Márcio França disse que, desde o primeiro dia de governo, a orientação do presidente Lula é dar uma atenção especial à construção naval e ao escoamento da produção do interior do país até os portos. França falou que a Petrobras é, historicamente, uma grande contratante da construção naval, mas que existem outros segmentos com grande potencial de demandas. Ele citou que o transporte na região Norte possui carências para a renovação de frota, tanto no transporte de graneis sólidos, quanto no transporte de passageiros.

O diretor da Antaq, Wilson Lima Filho, disse que sopram ventos favoráveis à navegação e à construção naval no Brasil. Ele acrescentou que existem oportunidades para a indústria associadas ao mar e aos portos que incluem o ciclo de vida dos ativos. “O futuro do Brasil está na Economia Azul”, projetou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 23/08/2023

POLÍTICA SETORIAL ESTÁ DEMARCADA NO PAC, AFIRMA MINISTRO

Por Danilo Oliveira ESPECIAL NAVALSHORE 22/08/2023 - 22:40



Foto Humberto Teski (Divulgação Navalshore)

Márcio França disse que, independente de quem estiver à frente do MPor, não haverá mudanças na política desenvolvida pelo governo nos últimos 8 meses de gestão

O ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Márcio França, disse, nesta terça-feira (22), que a política da pasta está bem demarcada no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Questionado sobre uma substituição no comando do MPor, França afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é experiente e sabe como mexer as peças para ter os partidos importante para a base do governo. França voltou a dizer que já esteve em diferentes posições durante sua trajetória política e ressaltou que um eventual reposicionamento dentro do governo será para o lugar certo.

França acrescentou que, independente de quem estiver à frente do MPor, não haverá mudanças na política que já vem sendo desenvolvida na pasta nos últimos 8 meses de gestão. "Esteja quem estiver no ministério, a política não muda porque a política é do presidente Lula", disse a jornalistas durante a 17ª Navalshore, no Rio de Janeiro. O nome do atual ministro vem sendo especulado na reforma ministerial que deve consolidar a entrada do PP e do Republicanos na base governista. A definição era esperada para a semana passada, mas foi adiada para o próximo dia 28 de agosto por conta da viagem de Lula para agenda no continente africano.

Num breve balanço desse período, França citou a criação da pasta e as ações para adaptar as companhias docas, a preparação de modelos de concessão da dragagem para iniciativa privada e o projeto de construção do túnel entre Santos e Guarujá, em São Paulo, uma das principais obras do PAC. Ele também mencionou a seleção e inclusão de novos aeroportos no programa, bem como o 'Voa Brasil', o qual considera um mecanismo arrojado para oferta de passagens aéreas a preços mais acessíveis. "Tem bastante coisa para ser entregue", destacou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/08/2023

VLI E ALE REALIZAM PRIMEIRO FLUXO DE RETORNO DE BIOCOMBUSTÍVEIS EM CONJUNTO NA FERROVIA NORTE-SUL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 22/08/2023 - 22:11



No total, foram transportados 545 metros cúbicos de etanol anidro, utilizados para abastecer postos da rede ALE no Maranhão

A VLI – companhia de soluções logísticas que opera portos, ferrovias e terminais – e a distribuidora de combustíveis ALE fizeram, em conjunto, pela primeira vez, um fluxo ferroviário de biocombustíveis de Porto Nacional (TO) a São Luís (MA), pela Ferrovia Norte-Sul. No total, foram transportados 545 metros cúbicos de etanol anidro, utilizados para abastecer postos da

rede ALE no Maranhão.

A operação foi realizada no mês de julho e viabilizada após a construção conjunta da solução logística por ambas as empresas. O fluxo, que até então era feito por rodovia, demandava, em média, três caminhões para cada vagão carregado. Esses veículos percorriam uma distância de mais de 1.300 km para alcançar o destino da carga. A distribuidora é cliente histórica da VLI e realiza com regularidade o fluxo oposto por trajeto ferroviário, movimentando combustíveis de São Luís a Porto Nacional.

"Este é um exemplo de cocriação de solução com o nosso cliente, garantindo a construção conjunta de uma movimentação de carga de forma mais segura, eficiente e sustentável pela VLI e a ALE. Isso

porque o fluxo de retorno representa um maior aproveitamento dos vagões utilizados no transporte de combustíveis, que fariam o trajeto de volta a São Luís vazios. Agora os vagões percorrem o trecho com a carga da ALE, gerando uma melhor equação de emissão de carbono por tonelada transportada no sistema integrado das duas empresas. Sem contar que o modal ferroviário garante mais eficiência do ponto de vista energético do que o rodoviário, utilizado até então para este transporte.", afirma o gerente comercial de Combustíveis da VLI, João Carlos Apolônio de Souza.

O gerente de Estratégia Logística da ALE, Elmer Vinhote, explica que a iniciativa teve caráter experimental, com o objetivo de avaliar a viabilidade da operação. "Obtivemos êxito e a intenção agora é expandir essa modalidade em colaboração com a VLI, explorando mais a fundo essa estratégia, que ainda possui potencial pouco explorado pelo mercado", afirma.

Ele comenta que há previsão de novos projetos em conjunto com a VLI. "Estamos sempre em busca de novas parcerias para viabilizar inovações logísticas e outros projetos que visam trazer valor para as empresas e para nosso consumidor final", destaca Vinhote. "Essa abordagem colaborativa fortalece o desenvolvimento de soluções eficientes e sustentáveis, beneficiando toda a cadeia de fornecimento e proporcionando resultados positivos para o setor como um todo", complementa.

Operado pela VLI, o tramo norte da Ferrovia Norte-Sul é um canal de escoamento de alta eficiência, por onde a produção do agronegócio da região do Matopiba é direcionada à exportação pelo sistema portuário de São Luís, além de cargas como celulose e combustíveis – nesse último caso, para abastecimento do mercado interno. Em 2022, a VLI movimentou cerca de 15 milhões de toneladas na FNS, um aumento de 18% em relação ao ano anterior. O crescimento da movimentação acompanha a expansão da produção brasileira e o foco da companhia no planejamento e na estabilidade operacional, o que permite o transporte de cargas de maneira segura e eficiente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/08/2023

TRANSPETRO MIRA CONSTRUÇÃO DE 25 NAVIOS EM 8 ANOS, DIZ BACCI

Por Danilo Oliveira ESPECIAL NAVALSHORE 22/08/2023 - 21:42



Divulgação Transpetro

Programa denominado 'TP25' demandará investimentos da ordem de R\$ 12,5 bilhões. Expectativa da empresa é lançar edital para contratação das embarcações em janeiro de 2024.

A Transpetro pretende construir 25 navios de cabotagem para sua frota nos próximos 8 anos. De acordo com o presidente da companhia, Sergio Bacci, essa é a meta a ser perseguida no período. A empresa estima que serão necessários aproximadamente R\$ 12,5 bilhões de investimentos para esse pacote, que vem sendo desenvolvido em conjunto com a holding Petrobras. A expectativa da Transpetro é lançar o edital para contratação dos navios em janeiro de 2024.

"Estamos desenhando o edital, fazendo consultas para ver a capacidade dos estaleiros. Feita essa fase, em janeiro, mais tardar em fevereiro soltar o edital da licitação", declarou Bacci, durante a 17ª edição da Navalshore – Feira e Conferência da Indústria Marítima, no Rio de Janeiro.

O novo programa para renovação e expansão da frota da Transpetro foi batizado de 'TP25', em referência ao nome da empresa, que completou 25 anos em junho, e ao número de navios que a empresa pretende construir no Brasil, bem como ao ano de 2025, quando a administração da Transpetro espera bater quilha dos primeiros navios desse plano.

O escopo prevê gaseiros e navios de transporte de produtos claros e escuros, de 7.000 a 48.000 TPB (toneladas de porte bruto). Bacci acrescentou que manterá padrão de navios MR1, MR2 e



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 142/2023
Página 67 de 67
Data: 23/08/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

gaseiros que já operam atualmente. "Basicamente, é o que já foi construído no passado. São navios já utilizados pela Petrobras", explicou.

Bacci voltou a dizer que as encomendas respeitarão condições rígidas de governança. Ele acrescentou que sua gestão abriu diálogo e vai colaborar em parceria com órgãos de controle como a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU). "Não será a qualquer preço, não será a qualquer prazo. Tenho conversado muito com os estaleiros. Não podemos errar de novo. É muito próximo o que aconteceu. Então precisamos acertar", afirmou.

Ele ressaltou que acertar significa chegar a preços adequados e enfatizou a necessidade da política setorial olhar para a geração de empregos locais e dos benefícios para o país, a despeito da construção no Brasil ser mais cara do que construir na China. "Vamos pagar mais caro do que na China, mas esse é o custo que temos que pagar para gerar emprego no país", ponderou.

Bacci disse ainda que a construção desses navios terá papel econômico e será importante para ajudar a Petrobras a equilibrar a quantidade de navios estrangeiros afretados e, conseqüentemente, conseguir pagar menos nesses contratos. A frota que opera para a Petrobras, segundo ele, é composta por mais de 100 navios afretados. "Queremos com esses navios (TP25) ajudar a balizar as taxas de afretamento que a Petrobras paga aos armadores internacionais", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/08/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 23/08/2023